

SANTA CATARINA: DESIGUALDADES REGIONAIS NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Fabiano Rodolfo - fabiano.rodolfo@ibge.gov.br

Tecnologista em análise sócio-econômica do IBGE

Felipe Wolk Teixeira - felipe.teixeira@ibge.gov.br

Analista de planejamento, gestão e infraestrutura do IBGE

RESUMO

O trabalho analisa os dados do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, no contexto da política de descentralização adotada pelo governo estadual. Em 2003, motivado pelo crescimento das desigualdades no estado, o governo catarinense deu início a implementação de uma ampla reforma administrativa, cujo aspecto principal foi descentralizar a estrutura governamental com a criação de 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) buscando favorecer o desenvolvimento regional, combatendo assim o processo de litoralização. Os dados utilizados foram os do PIB dos municípios, com a análise da evolução de diversos indicadores, como a Curva de Lorenz, PIB per capita e índice de Gini. Durante o período de 2003 a 2008, foi possível identificar um aumento na desigualdade do PIB entre os municípios catarinenses. Houve também uma perda de espaço no PIB estadual das mesorregiões Oeste, Sul e Serrana e um aumento na participação das mesorregiões Norte, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Entre a amostra de SDRs, as menos representativas economicamente perderam participação no PIB estadual. Notou-se ainda que o setor secundário, tradicionalmente forte no estado, aumentou sua participação percentual no PIB, em detrimento dos setores primário e terciário. O PIB per capita se expandiu durante todo o período, com crescimento mais sensível nas regiões Norte e do Vale do Itajaí. Já o índice de Gini mostrou piora tanto para o quadro geral do estado, com um aumento de 0,21% de 1999 a 2008 como para o índice calculado entre as SDRs da amostra, com aumento de 5,63% no mesmo período.

PALAVRAS-CHAVE: Economia de Santa Catarina, Crescimento, Desigualdade.

1 - Introdução

Uma das características mais marcantes do estado de Santa Catarina em relação ao restante do país é a distribuição relativamente equilibrada, tanto da população quanto da atividade econômica. Nas últimas duas décadas, porém, os desequilíbrios têm se manifestado de forma cada vez mais clara. A concentração da população e da atividade econômica em algumas áreas, por um lado, e a fuga de população e a estagnação ou declínio econômico de outras começaram a se fazer notados, a ponto de estimular a ação do governo estadual. A política de descentralização é a base dessa ação, uma tentativa de promover o desenvolvimento regional, mirando à recuperação da harmonia na distribuição da população entre as regiões do estado.

Passados oito anos da criação das primeiras 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), este artigo é uma tentativa de avaliar como têm evoluído o Produto Interno

Bruto (PIB) catarinense em vários aspectos, destacando a concentração das atividades no período entre 1999 e 2008.

Para isso, o estudo está dividido em cinco seções, além desta breve introdução. Na seção 2 são descritos aspectos recentes da sócio-economia catarinense, anotando que o reforço das desigualdades entre as regiões passou a ser percebido como um problema no estado, motivando propostas de intervenção pública através da política de descentralização. A seção 3 descreve as medidas de desigualdade que serão utilizadas no presente estudo. A seção 4 utiliza os dados mais recentes disponíveis, até 2008, para apontar quais os principais aspectos da dinâmica recente do PIB catarinense. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

2 – Santa Catarina: aspectos sócio-econômicos recentes e as desigualdades regionais.

O Estado de Santa Catarina possui, segundo os dados mais recentes do IBGE, o maior PIB Per Capita da região Sul, e o quarto maior do país. Ocupando apenas 1,2% do território nacional e com uma população de cerca de 6 milhões de habitantes, o PIB do estado atingiu em 2008 mais de R\$ 120 bilhões de reais, aparecendo como o sexto maior entre os estados brasileiros (IBGE, 2010).

É composto por 293 municípios, possuindo uma distribuição relativamente equilibrada, tanto da população como da atividade econômica, se comparada aos outros estados.

Em termos de população, o maior município catarinense, Joinville, abrigava em 2010 cerca de 515 mil habitantes, o que correspondeu a 8,24 % da população do estado. Isso contrasta com a maioria dos outros estados, onde a cidade mais importante detém um percentual bem maior da população estadual¹. No entanto, dos 293 municípios, 72,3% contavam, em 2010, com menos de 15 mil habitantes.

Em termos de atividade econômica, o estado conta com vários pólos de significativa importância, dispostos por todo o território, formando arranjos produtivos bem definidos, de alcance regional e, em alguns casos, nacional. Os municípios mais importantes estão distribuídos por todas as regiões catarinenses. Em cada uma delas, pode ser destacada uma atividade econômica de grande importância para o estado.

Os anos noventa foram marcantes para a economia catarinense. As mudanças ocorridas no país com a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e os novos limites à intervenção estatal e à política industrial, num contexto em que a austeridade fiscal se tornou

¹ A título de exemplo, no Rio de Janeiro a capital, maior cidade do estado, representou 39,5% da população estadual; São Paulo representou 27,3% da população de seu estado; Porto Alegre 14,1% e Curitiba 17,5%. (Ibge,2010)

elemento fundamental na busca pela estabilidade econômica, deixaram suas marcas na economia do estado (MATTEI e LINS, 2010, p. 109).

A indústria catarinense sofreu na tentativa de adaptar-se ao desafio da competitividade após anos de protecionismo e intervenção estatal. Em diversos segmentos, como o têxtil, por exemplo, um grande número de empresas enfrentou dificuldades para se manter em operação (LINS, 2000, p.2). Em um cenário de pouca intervenção estatal e abertura econômica, o modelo catarinense de desenvolvimento, supostamente baseado na capacidade do empreendedor europeu aqui instalado, passou a enfrentar dificuldades.

Se na indústria os efeitos foram fortes, na agropecuária a situação também foi de dificuldades. Boa parte do setor agropecuário catarinense, que já vinha com problemas desde os anos oitenta, não estava preparado para alcançar os níveis de produtividade que passaram a ser exigidos. Baseado em pequenas propriedades, utilizando intensivamente mão-de-obra familiar, um número cada vez maior dessas propriedades se tornou inviável economicamente.

Por outro lado, mesmo com o desempenho positivo da agroindústria estadual, que cresceu e conseguiu aumentar significativamente suas exportações, o setor passou por ajustes importantes ao longo da década. De fato, o sistema de integração à agroindústria sofreu mudanças que afetaram muitos produtores, em especial no oeste catarinense. Em 1990, as empresas Sadia, Aurora, Perdigão e Chapecó possuíam uma rede com 36050 integrados, número que caiu para 22198 em 1999. Entre as mudanças, foram impostas novas exigências aos produtores, entre as quais estavam ganhos de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas mais adaptadas para matrizes. Como nem todos puderam se adaptar, houve uma queda expressiva no número de suinocultores e avicultores integrados (GOULARTI FILHO, 2002a, p. 994).

Todas essas mudanças na economia aconteceram ao mesmo tempo em que se observaram mudanças na distribuição da população no espaço. Na medida em que a atividade econômica de uma região entra em decadência ou sofre um contínuo processo de modernização produtiva, são criadas as circunstâncias que fazem com que parte dos habitantes tenham sua base de existência solapada, não lhes restando outra alternativa senão migrar em busca de novas oportunidades, em regiões economicamente mais dinâmicas (SINGER, 1990).

SINGER (1990) associa as migrações a ação de dois fatores: os de estagnação e os de mudança. Os fatores de estagnação são relacionados à escassez de recursos, como terra e capital, que geram a impossibilidade de se obter ganhos de produtividade. Por sua vez, os fatores de mudança estariam ligados a implantação de relações capitalistas na área de origem

dos fluxos, aumentando a produtividade e criando uma população sobrando que poderia ser deslocada para outras áreas. Os fluxos gerados por esses fatores, nas áreas de origem, seriam orientados pela ação de fatores de atração, que podem ser desde a estrutura de oferta de serviços públicos, opções de lazer, ou, o que é mais comum, demanda por força de trabalho.

Não por acaso, o processo migratório atingiu mais fortemente a região oeste do estado, dependente do setor primário, onde alguns autores identificaram um processo de 'esvaziamento demográfico' (SILVA *et al*, 2003, p. 30). No caso dessa região, de acordo com MATTEI e ALVES (2007, p. 14), as transformações na relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias são um dos principais determinantes da dinâmica demográfica. Mesmo com alguns municípios contando com ganhos populacionais, como Chapecó, por exemplo, o resultado para a região é uma expressiva perda absoluta de população. Junto com o oeste, sofreram perdas populacionais muitos outros municípios, em particular os menores e aqueles cuja base econômica é a atividade agropecuária. Essa população deslocada se dirigiu, em grande medida, para as áreas mais dinâmicas do estado, o que significa falar do eixo formado pela área do litoral catarinense, especialmente a partir de Florianópolis para o Norte, até Joinville, e pelo Vale do Itajaí, até a região de Blumenau. Esse movimento de concentração da população nesses espaços, em detrimento do interior do estado, foi chamado de 'litoralização' (TORESAN e OLIVEIRA, 2001, p.1).

Nas eleições de 2002 essas questões se tornaram o foco principal do plano de governo do então candidato Luiz Henrique da Silveira. Com seu plano 15, o mesmo comprometeu-se a iniciar um amplo processo de descentralização com vistas a promover o desenvolvimento regional e reestabelecer a harmonia na distribuição populacional entre as regiões.

A visão defendida era que o estado sofria com o aprofundamento das migrações, tendo se tornado campeão de êxodo rural, problema esse associado à ausência de políticas regionais de desenvolvimento agropecuário e à centralização governamental. Enquanto algumas áreas sofriam com o declínio econômico e perda de população, outras recebiam contingentes populacionais expressivos, produzindo uma crise urbana, manifesta em problemas crônicos como favelização, sub-emprego, criminalidade, etc. A 'litoralização' deveria ser combatida: esse era o principal objetivo econômico-social da descentralização. (SANTA CATARINA, 2011)

Uma vez eleito, uma das primeiras medidas de Luiz Henrique foi iniciar uma ampla reforma administrativa. No centro dessa reforma, efetivada através da Lei Complementar 243/03, foi implantada no estado a política de descentralização, principal compromisso assumido nas eleições do ano anterior.

2.1 – As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)

Para cumprir seu objetivo, assegurando um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do estado, a política de descentralização criou inicialmente 29 SDRs espalhadas por todo o território catarinense, cada uma com um respectivo Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), e o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC).

Em 2005 houve o primeiro ajuste significativo na política de descentralização²: além de mudanças na composição de algumas SDRs, uma nova foi criada: Dionísio Cerqueira (Santa Catarina, 2005). No ano de 2007 foram criadas 6 novas SDRs, a saber: Quilombo, Taió, Seara, Timbó, Itapiranga e Braço do Norte, e o número de SDRs chegou a 36, conforme ilustrado no quadro 1. Das 29 SDRs inicialmente criadas, menos da metade delas preservou sua formação inicial. Em linhas gerais, essas reformas procuraram aprofundar a descentralização, adequando a estrutura do governo e melhor definindo as funções das secretarias centrais (denominadas ‘Setoriais’ a partir de 2007) e SDRs.

Araranguá	Joaçaba
Blumenau	Joinville
Braço do Norte	Lages
Brusque	Laguna
Caçador	Mafra
Campos Novos	Maravilha
Canoinhas	Palmitos
Chapecó	Quilombo
Criciúma	Rio do Sul
Concórdia	São Joaquim
Curitibanos	São Lourenço do Oeste
Dionísio Cerqueira	São Miguel do Oeste
Grande Florianópolis	Seara
Ibirama	Taió
Itajai	Timbó
Itapiranga	Tubarão
Ituporanga	Videira
Jaraguá do Sul	Xanxerê

Quadro 1: Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Santa Catarina.

Fonte: Secretaria de Planejamento de Santa Catarina.

Conforme proposto pelo governo, as SDRs devem atuar como agências oficiais de desenvolvimento regional, desenvolvendo ações de forma articulada com as secretarias setoriais, em conjunto com os CDRs e executando as políticas do estado na sua área de abrangência. Suas funções também incluem, entre outras atribuições, atuar como articuladoras da transformação de suas respectivas regiões em territórios de desenvolvimento sustentável e

² Há vários outros pequenos ajustes na legislação aqui omitidos por não afetarem os resultados deste trabalho. Já em 2004 houve o primeiro deles, que mudou o nome da SDR de São José para SDR da Grande Florianópolis e deslocou o município de Orleans da SDR de Tubarão, a qual estava originalmente vinculado, para a SDR de Criciúma.

de bem-estar social e como motivadoras do desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda (SANTA CATARINA, 2007).

A estrutura das SDRs é variável, algumas sendo dotadas de estrutura mais complexa e maior número de cargos, como as de Joinville e da Grande Florianópolis; outras apresentam uma estrutura mais simples e um número menor de cargos como a de Mafra e São Joaquim. Traço comum, todas as SDRs possuem pelo menos 5 gerências de ações finalísticas (Saúde, Educação, Infra-estrutura, Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura e Assistência Social, Trabalho e Habitação), além de uma direção geral e uma gerência de Administração e contabilidade, um consultor jurídico e um assessor de comunicação.

Os CDRs são ocupados por prefeitos e presidentes das câmaras de vereadores da regional e também pelo secretário de desenvolvimento regional, considerados membros natos, e mais dois representantes da sociedade civil de cada um dos municípios da área de abrangência da SDR. Entre suas principais competências estão as tarefas de apoiar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual e estudar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as Secretarias de Estado Setoriais (SANTA CATARINA, 2007).

Vale salientar que embora caiba aos conselhos auxiliar as SDRs na definição das necessidades regionais, formulando diretrizes de política e definindo as prioridades regionais, cabe ao governo central avaliar tais demandas, decidindo pela liberação ou não dos recursos. ABRUCIO e FILIPPIN (2010, p. 225) apontam que, em alguma medida, essa falta de poder decisório tem desestimulado a participação nos conselhos, em particular dos representantes da sociedade civil, esvaziando suas reuniões.

Por fim, o DESENVESC, de caráter consultivo, é presidido pelo governador do estado, e integrado pelo Vice-Governador, pelos Secretários de Estado do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, de Coordenação e Articulação, da Educação, da Assistência Social, do Trabalho e Habitação, de Turismo, Cultura e Esporte, bem como pelo Secretário Especial de Articulação Internacional, e um representante de cada um dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (SANTA CATARINA, 2007).

A partir do estudo de CASAROTTO FILHO *et al* (2003), solicitado pela Secretaria de Planejamento estadual, nota-se que as experiências brasileiras de orçamento participativo (prefeituras, como Porto Alegre) e descentralização (Ceará), junto com os casos de países europeus, em particular a Itália, serviram de base para construção do modelo teórico e metodológico da política de descentralização. A promoção do desenvolvimento regional é

vista como dependente das iniciativas realizadas a partir dos atores sociais atuantes em cada território (MATTEI *et al*, 2005, p. 4). Na prática, porém, a política de descentralização parece estar um pouco afastada de seus objetivos.

Embora tenha sido ainda pouco estudada, a experiência catarinense mostra resultados controversos. ABRUCIO e FILIPPIN (2010, p. 226) consideram que a implantação da política de descentralização do Governo sobrepôs-se a iniciativas de desenvolvimento regional baseadas na iniciativa de atores locais, da sociedade civil organizada e associações de município. A longa tradição associativista presente em Santa Catarina teria sido desconsiderada pelo governo do estado, que implantou uma política de descentralização cujo resultado prático é aumentar a concentração de poder no governo central. Além disso, com o loteamento dos cargos das SDRs entre os partidários da aliança governista, a política de descentralização estaria funcionando menos como uma política de desenvolvimento regional e mais como uma estratégia eleitoral, garantindo a manutenção no poder da coalizão político-partidária dominante. BIRKNER (2004) mostra que a política de descentralização baseada na criação das SDR, estas compostas com 15 a 20 cargos vinculados aos partidos da base governista, poderia fortalecer relações clientelistas ao invés de atenuá-las.

No que se refere a aplicação de recursos, eles estariam sendo direcionados para as SDRs mais populosas e localizadas no litoral, o que parece um pouco contraditório em relação aos objetivos anunciados da política de descentralização (RUDNICK e MATTEI, 2010, p. 48). Além disso, os investimentos das SDRs estariam concentrados em elementos de despesa obrigatórios, como saúde e educação, sobrando pouca margem para investimentos que contemplassem projetos de desenvolvimento regional. Por fim, vale notar que os gastos de custeio para manter a estrutura das SDR funcionando é também considerável, o que compromete ainda mais os recursos públicos que poderiam ser destinados a outros projetos (BUTZKE *et al*, 2009, p.13).

3 - Medidas de desigualdade

Gerar desenvolvimento econômico mantendo ou promovendo maior equilíbrio entre indivíduos e regiões é uma das mais importantes tarefas dos formuladores de políticas públicas. Sendo assim, os mecanismos de mensuração de desigualdades são subsídios fundamentais na execução dessas políticas públicas (KIM, 2008, p. 12). Esse ferramental busca não apenas identificar desigualdades de renda, como também entre outras variáveis importantes. Para os objetivos deste trabalho, trata-se de utilizar essas ferramentas de

mensuração da desigualdade para apurar, principalmente, as diferenças entre municípios e SDRs na participação no PIB estadual no período recente.

Nas subseções seguintes serão explicitadas as ferramentas de mensuração de desigualdade que serão adotadas neste estudo.

3.1. Diagrama de Lorenz

No diagrama de Lorenz (figura 1), é plotada a proporção acumulada de renda de uma população (Φ) em função da proporção acumulada dessa população (ρ). Conforme HOFFMAN (1980, p. 272), parte-se de duas situações opostas: uma de perfeita igualdade e outra de perfeita desigualdade.

A primeira ocorre caso toda a população receba a mesma renda e é observada quando cada proporção ρ da população possui uma igual proporção Φ de renda. A perfeita igualdade na distribuição de renda é representada pela reta AB, onde Φ é sempre igual a ρ .

A perfeita desigualdade é exemplificada no caso de toda a renda estar concentrada em apenas um indivíduo. Nesse caso, a proporção acumulada de renda é igual a zero até ser incluído o indivíduo que possui a renda. Para populações grandes, a área desse triângulo se aproxima da área do triângulo ABC, cuja área é numericamente igual a 0,5.

De forma intuitiva, ao se estimar uma curva de concentração de renda, têm-se que a concentração aumenta quando a mesma se distancia da linha de perfeita igualdade. A partir desse diagrama, é possível a estimação de outros índices de desigualdades, como o de GINI, a seguir.

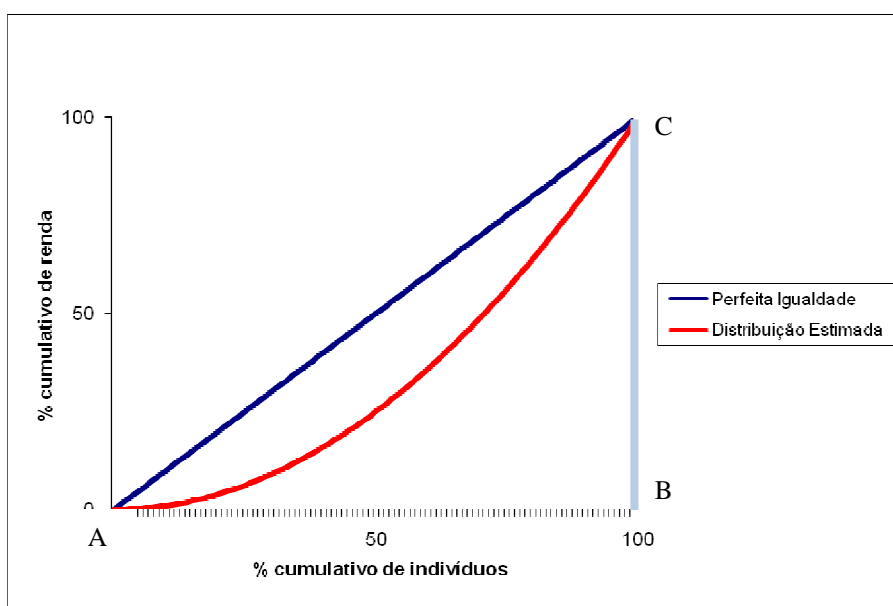


Figura 1: Curva de Lorenz.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2. O Índice de Gini

O índice de Gini³ é amplamente utilizado para mensuração da dispersão de distribuição de diferentes variáveis, seja de renda (ZHENG, 2009), educação (THOMAS, WANG e FAN, 2000) entre outros. Mesmo a sua utilização na análise de distribuição de renda pode ser segmentada, por exemplo: renda familiar, renda individual e PIB entre regiões.

Pode-se obter o índice de forma indireta através do diagrama de Lorenz. O Gini é resultado da divisão da área entre a curva estimada e a curva de perfeita igualdade pela área abaixo da curva estimada (respectivamente alfa e beta, figura 1).

$$\text{EQ 1: } GINI = \alpha / \beta$$

Onde:

α : área entre a curva de concentração estimada e a curva de perfeita igualdade;

β : área do triângulo ABC, ou seja, 0,5.

Como $0 \leq \alpha \leq 0,5$ o índice de Gini se situa entre 0, a igualdade perfeita, e 1, a desigualdade perfeita.

Uma forma direta de cálculo pode ser obtida na equação 2⁴.

$$\text{EQ 2: } GINI = \frac{2}{n^2\mu} \sum_{i=1}^n iX_i - \frac{1}{n} - 1$$

Onde:

n : número de observações;

X_i : variável aleatória discreta com valores em ordem discreta;

μ : Média de X_i

i : Número de ordem na sequência de valores ordenados.

Na subseção seguinte, será mostrado o $R_{10+/40-}$, indicador de proporção entre grupos.

3.3. $R_{10+/40-}$

Outro indicador utilizado foi o $R_{10+/40-}$, mensurado através da razão entre o somatório da renda do décimo mais rico e da renda dos quatro décimos mais pobres de uma mesma distribuição.

Esses são apenas alguns dos mecanismos disponíveis para mensuração de desigualdades. Na próxima seção serão detalhados os dados utilizados no trabalho.

³ O índice de Gini respeita a condição de Pigou-Dalton, onde índices de desigualdade devem reagir proporcionalmente a transferências regressivas de renda; ou seja, na direção de menor disponibilidade de recursos para maior disponibilidade (DALTON, 1920).

⁴ Para outros meios de estimação, recomenda-se a leitura de DAVIDSON (2009).

4 – Análise dos dados

4.1 – Descrição dos dados

Foi utilizado para análise o período entre 1999 e 2008, dando especial ênfase, em algumas variáveis, ao período entre 2003 e 2008. As contas de Produto Interno Bruto anuais do estado e municípios de Santa Catarina foram obtidas das publicações Contas Nacionais – Produto Interno Bruto dos Municípios do IBGE, assim como os dados referentes à população⁵. Para a análise apresentada na subseção 4.2.2 foram ainda utilizados os dados dos municípios agrupados segundo as mesorregiões do estado.

Além da análise do cenário geral de Santa Catarina, foi selecionada uma amostra das SDRs. Essa amostra foi construída de acordo com um critério de estabilidade: as secretarias que tiveram alteração na sua composição de municípios entre 2002 e 2008 foram retiradas. As SDRs estáveis nesse período foram: Araranguá, Brusque, Campos Novos, Chapecó, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Maravilha, São Joaquim, Videira e Xanxerê.

4.2 – Evolução recente do PIB municipal catarinense

Entre 2000 e 2008, Santa Catarina superou Bahia e Distrito Federal, passando a ocupar o posto de sexto mais importante estado brasileiro na produção de riquezas. O desempenho observado nos anos noventa, quando o estado cresceu a taxas superiores ao restante do país, repetiu-se na primeira década do século XXI, como pode ser notado na tabela 1. Em termos nominais, o PIB catarinense cresceu sempre a taxas superiores ao brasileiro ao longo de todo o período. Enquanto em Santa Catarina as taxas médias de crescimento chegaram a 14,26% a.a., nacionalmente elas foram de 12,33% a.a.. Em relação ao setor industrial, importante na dinâmica da economia catarinense, o crescimento do Valor Adicionado estadual (14,31% a.a.) também foi superior ao observado para o conjunto do país (12,94% a.a.).

Assim, a economia catarinense, que ainda aparecia em 2000 como a oitava do país, respondendo por cerca de 3,6% do PIB brasileiro, conseguiu superar outros estados e ampliar sua participação no agregado nacional. Essa participação atingiu cerca de 3,9% em 2003, o qual foi, mesmo que timidamente, ampliando-se ao longo da década, chegando em 2008 a 4,1%.

⁵ Nos anos em que o IBGE realizou o Censo Populacional (2000) e Contagem Populacional (2007), foram utilizados esses mesmos; nos demais, a população considerada foi a da estimativa anual dessa mesma instituição.

Tabela 1: PIB Brasileiro e de Santa Catarina e VAB da Indústria, de 1999 a 2008.

Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ mil)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ % (99-08)
Brasil	1.064.999.712	1.179.482.000	1.302.135.029	1.477.821.769	1.699.947.694	1.941.498.358	2.147.239.292	2.369.483.546	2.661.344.525	3.031.864.490	12,33%
Santa Catarina	37.151.230	43.311.914	48.748.248	55.731.863	66.848.534	77.392.991	85.316.275	93.146.754	104.622.947	123.282.982	14,26%

Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (R\$ mil)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ % (99-08)
Brasil	240.734.966	283.321.000	301.171.000	344.406.000	409.504.000	501.771.000	539.283.000	584.952.000	636.280.000	719.987.000	12,94%
Santa Catarina	11.049.770	13.752.747	15.065.216	16.348.309	19.323.961	24.609.733	25.316.311	28.103.074	32.619.432	36.832.565	14,31%

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

4.2.1 – As desigualdades entre os municípios

A trajetória de crescimento maior que o nacional, anteriormente referida, foi acompanhada por um aumento das desigualdades no estado. Embora ainda se posicione como bem distribuído em relação ao Brasil, Santa Catarina possui, cada vez mais, desigualdades importantes, que serão reveladas pela análise da participação dos municípios no PIB estadual.

A figura 2 evidencia a grande concentração do PIB em Santa Catarina. Ela mostra que o décimo superior dos municípios no PIB detém mais de 65% do valor total produzido no estado, enquanto que os quatro décimos inferiores respondem por apenas 5% do PIB estadual.

O $R_{10\%/40\%}$ médio no período entre 1999 e 2008 foi de 15,9. Isso significa que o décimo superior dos municípios possui uma participação 15,9 vezes maior no PIB que os quatro décimos inferiores.

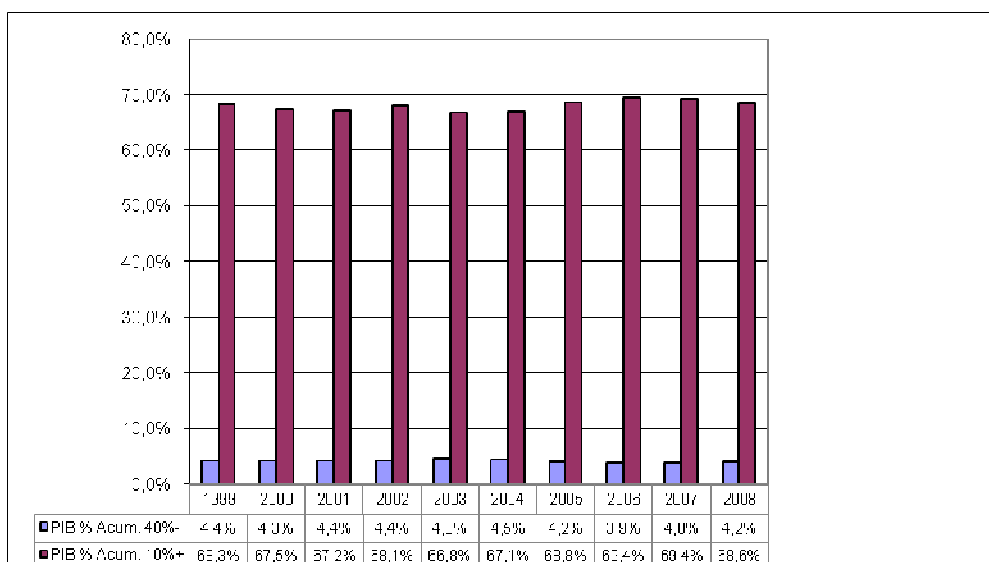


Figura 2: Participação no PIB de Santa Catarina dos municípios 10%+ e 10%- , de 1999 a 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Vale salientar que o índice $R_{10\%/40\%}$ se encontrou sistematicamente maior após a criação das SDRs do que em períodos anteriores (figura 3). Apesar disso, após o ponto de máximo de 17,9 em 2006, houve tendência de queda no índice, chegando a 2008, um pouco acima de 16,0.

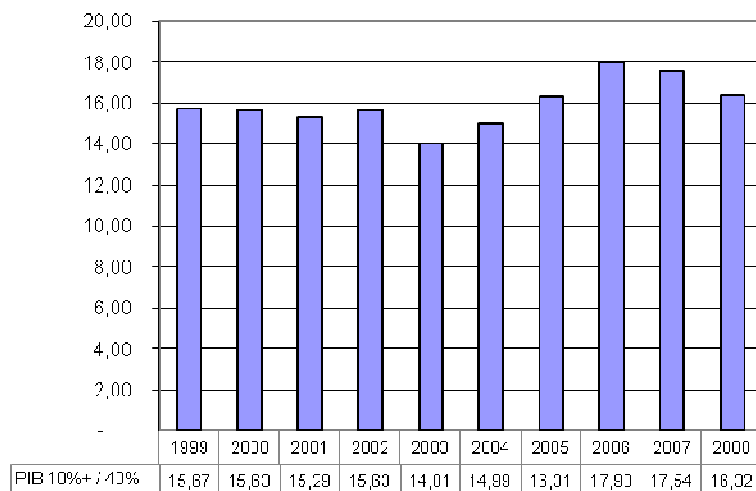


Figura 3: dos municípios de Santa Catarina

Considerando apenas os 10 maiores municípios, estes respondiam por 45,4% do PIB em 1999, e passaram a concentrar 47,1% em 2008. Por outro lado, os 50 menores respondiam em 1999 por cerca de 12,3% do PIB estadual, frente a 11,8% de participação no mesmo agregado em 2008.

A figura 4 traz a curva de Lorenz para os dados do PIB municipal. Inicialmente, ela mostra que a economia catarinense passou por um processo de concentração entre 2003 e 2008. Isso pode ser notado pela posição da curva de Lorenz para 2008, que envolve, por fora, a curva de 2003, o que significa que houve um aumento considerável da área de concentração. Como se pode perceber, em 2008, foi necessário agrupar mais de 60% dos municípios de menor importância no PIB catarinense para se atingir uma parcela de apenas 10% do agregado estadual. Na outra ponta da distribuição, o maior município do estado, Joinville, respondeu sozinho por um percentual de 10% do PIB estadual, equivalente, portanto, ao produzido pelos 60% municípios menos expressivos na produção de riquezas.

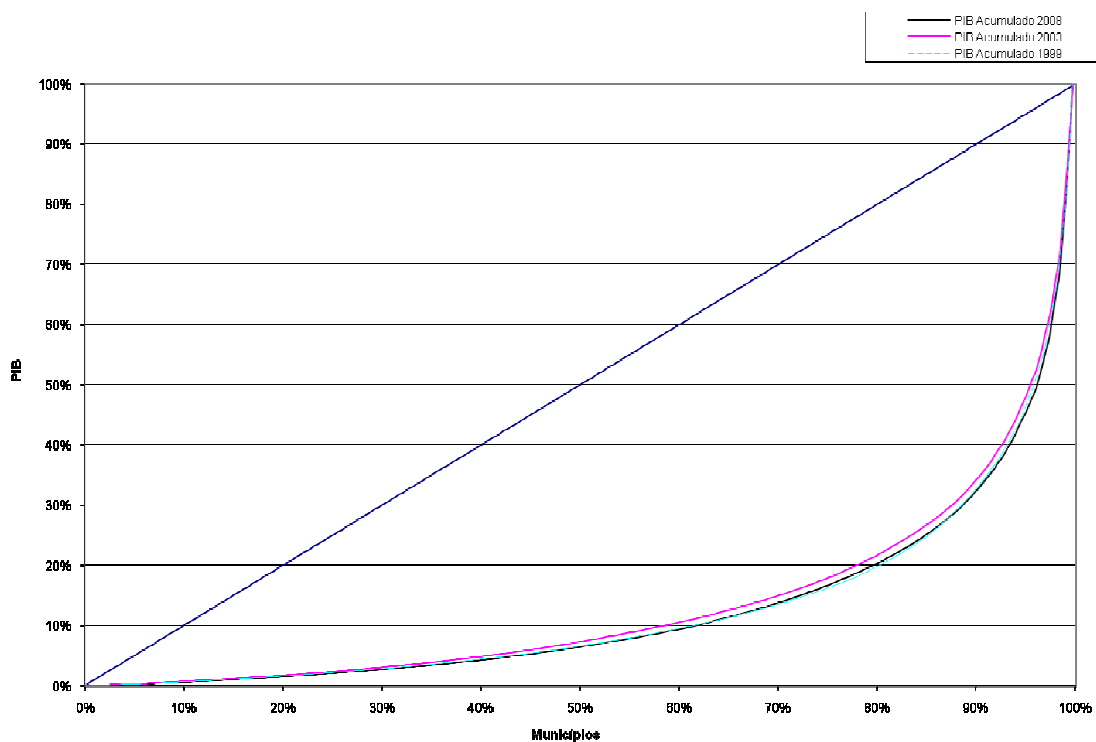


Figura 4: Curva de Lorenz para o PIB de Santa Catarina em 1999, 2002 e 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Pode ser notado, ainda, um leve movimento de desconcentração entre 1999 e 2003. A abertura setorial permite entender melhor esse movimento. Ele está relacionado, em parte, ao crescimento maior do valor adicionado da atividade agropecuária no período entre 2002 e 2003, de 43,4%. Assim, o setor que é o mais importante nos municípios menores, e o mais bem distribuído no estado, como se verá mais adiante, representava 9,0%, e passou a representar 10,8% do PIB catarinense entre 2002 e 2003. Por outro lado, o PIB industrial também mostrou-se menos concentrado entre 2002 (0,81) e 2003 (0,80), o que parece ter contribuído para a melhora na distribuição no período.

A partir de 2003, porém, a desigualdade retoma uma tendência de alta, que pode ser melhor observada a partir dos dados do Índice de Gini, constantes na figura 5. Pode ser percebido que a partir de 2003 tal indicador cresceu, atingindo nos anos 2006 e 2007 os valores mais altos da série. Em 2008 verifica-se novamente um leve movimento de desconcentração, não revertendo, todavia, a concentração anterior. Com isso, entre 2003 e 2008, o Gini avançou mais de 2,40%.

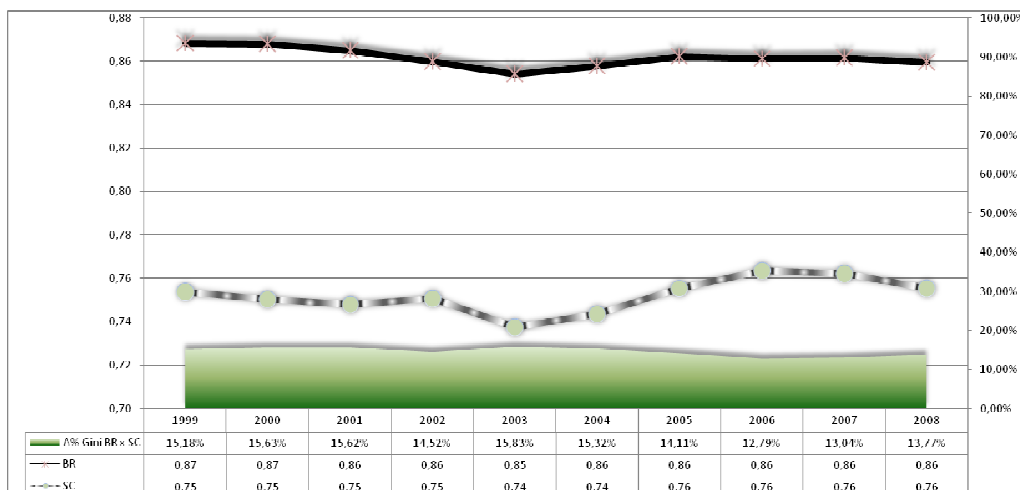


Figura 5: Evolução do índice de Gini do Brasil e de Santa Catarina, de 1999 a 2008

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outra constatação importante é que o índice de Gini estadual esteve sempre abaixo do nacional entre 1999 e 2008. Como já observado, essa relativa desconcentração é elemento característico de Santa Catarina, e se liga a seu processo de formação econômica. Enquanto em Santa Catarina o Gini esteve na faixa de 0,75, o índice brasileiro ficou em cerca de 0,85, o que atesta que o PIB catarinense ainda se encontra melhor distribuído entre os seus municípios que o correspondente nacional.

Mesmo assim, no período completo o Gini estadual apresentou trajetória levemente ascendente (+0,21%), que foi contrastante com o desempenho do Gini nacional, que reduziu-se (-1,18%). Desse modo, o Gini de Santa Catarina ficou mais próximo do brasileiro: a diferença entre eles, nesse indicador caiu de 0,11 pontos (1999) para 0,10 (2008).

4.2.2 – O comportamento setorial

Em relação ao desdobramento setorial, percebe-se que o setor de serviços continua sendo o mais importante na produção de riquezas em Santa Catarina, atingindo em 2008 uma participação de cerca de 57,5% do PIB. Também naquele ano, a participação do setor industrial no mesmo agregado chegou a 34,4%, enquanto a do setor agropecuário foi de apenas 8,0%.

Comparativamente ao país, chama a atenção a participação significativamente maior da indústria no PIB catarinense, cerca de 7 p.p. acima do observado nacionalmente. Do mesmo modo, o setor agropecuário estadual, embora detenha uma participação menor no PIB, tem peso maior no estado que no correspondente nacional.

Através da figura 6, nota-se que entre 1999 e 2008 os setores de serviços e agropecuária apresentaram uma leve perda de participação no PIB, de cerca de 0,73 p.p. e 0,46 p.p.,

respectivamente. Por outro lado, o setor secundário teve sua participação aumentada, em cerca de 1,19 ponto percentual, reforçando ainda mais a sua importância na economia catarinense. Isso mostra que este setor, no geral, teve um bom desempenho nos anos 2000, após as diversas dificuldades enfrentadas nos anos 1990.

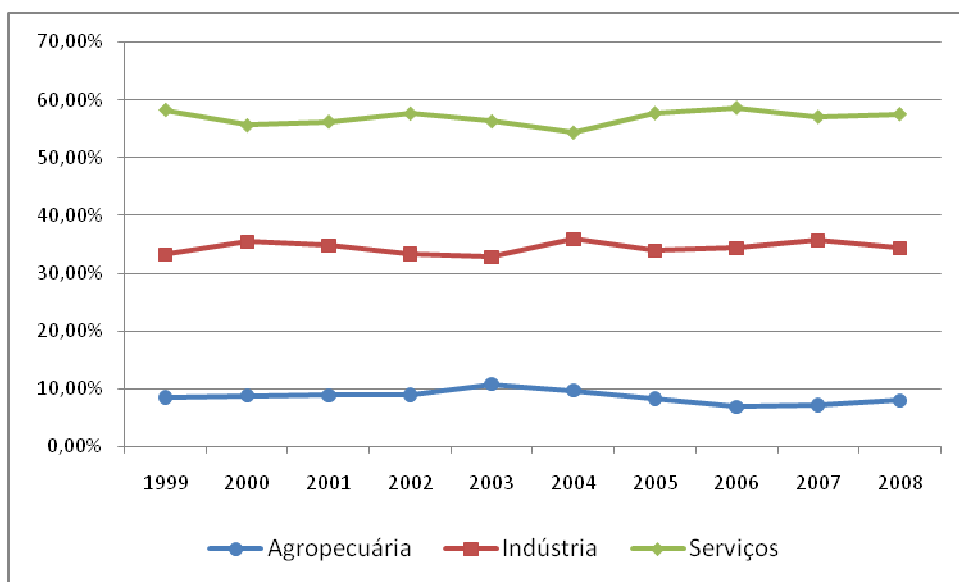


Figura 6: Participação dos setores no PIB de Santa Catarina, de 1999 a 2008

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Considerando a concentração do PIB catarinense por setores de atividade, os dados do índice de Gini, constantes no quadro 2, apontam a atividade agropecuária como a menos concentrada, com índice de 0,41 em 2008, enquanto indústria e serviços aparecem como mais concentrados, com índices similares, de cerca de 0,79. Esses resultados traduzem no estado o que se observa também nacionalmente, embora o Gini catarinense esteja sempre abaixo do brasileiro, atestando o maior equilíbrio verificado no estado, já anteriormente referido.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BR - Agro	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,58	0,57	0,56	0,57	0,57
BR - Indústria	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91
BR - Serviços	0,88	0,88	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87
SC - Agro	0,39	0,39	0,39	0,41	0,40	0,39	0,39	0,41	0,40	0,41
SC - Indústria	0,83	0,82	0,82	0,82	0,81	0,81	0,81	0,80	0,80	0,80
SC - Serviços	0,78	0,78	0,78	0,78	0,78	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79

Quadro 2: Índice de Gini por setores – Brasil e Santa Catarina, de 1999 a 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Tanto em relação ao setor de serviços, com em relação ao industrial, tal concentração já era esperada, uma vez que, dentre os setores de atividades, os serviços e a indústria são mais concentrados espacialmente, sendo normalmente polarizados por algumas regiões.

O setor industrial apresentou uma clara tendência a estar melhor distribuído, como pode ser notado através do Gini por setor de atividade econômica, que varia de 0,83 (1999) para 0,80 (2008).

Por fim, os mesmo dados mostram que, enquanto o setor industrial passa por um processo de desconcentração, atestado pela redução no valor do índice de Gini para os dados do valor adicionado pela indústria catarinense, nos setores agropecuário e de serviços o movimento é de concentração.

4.2.3 – As desigualdades entre as mesorregiões

Em relação aos dados por mesorregião, apresentados na figura 7, nota-se que o PIB catarinense tem se concentrado cada vez mais nas regiões Vale do Itajaí, Norte e Grande Florianópolis. O peso dessas mesorregiões no total de riquezas produzidas pelo estado cresceu 4 p.p. no período entre 2000 e 2008, somando neste último ano aproximadamente 65% do PIB estadual.

O Vale Itajaí é a região que responde pela maior fatia do PIB catarinense, atingindo 26,97% de participação em 2008. Conta com importantes indústrias, concentrando o pólo têxtil do estado – onde estão instaladas empresas como Hering, Teka e Buettner, além de possuir empresas importantes nos segmentos metal-mecânico e de alimentos, como a Bunge. O setor de serviços da região também ocupa posição destacada no cenário estadual, em particular na cidade de Itajaí, que se consolida como um dos mais importantes municípios do estado nesse segmento. Anote-se que nesta cidade está o principal porto de estado, que é também um dos maiores do Brasil em movimentação de contêineres. O forte aumento nas exportações catarinenses nos últimos anos tem garantido estímulo às atividades portuárias, o que provoca efeitos positivos na economia local. Recentemente a cidade de Itajaí tem se tornado também sede de grandes empresas, como a Seara alimentos – que tem um porto particular no município - e a Brasil Foods - gigante que agrega Sadia e Perdigão-, entre outras.

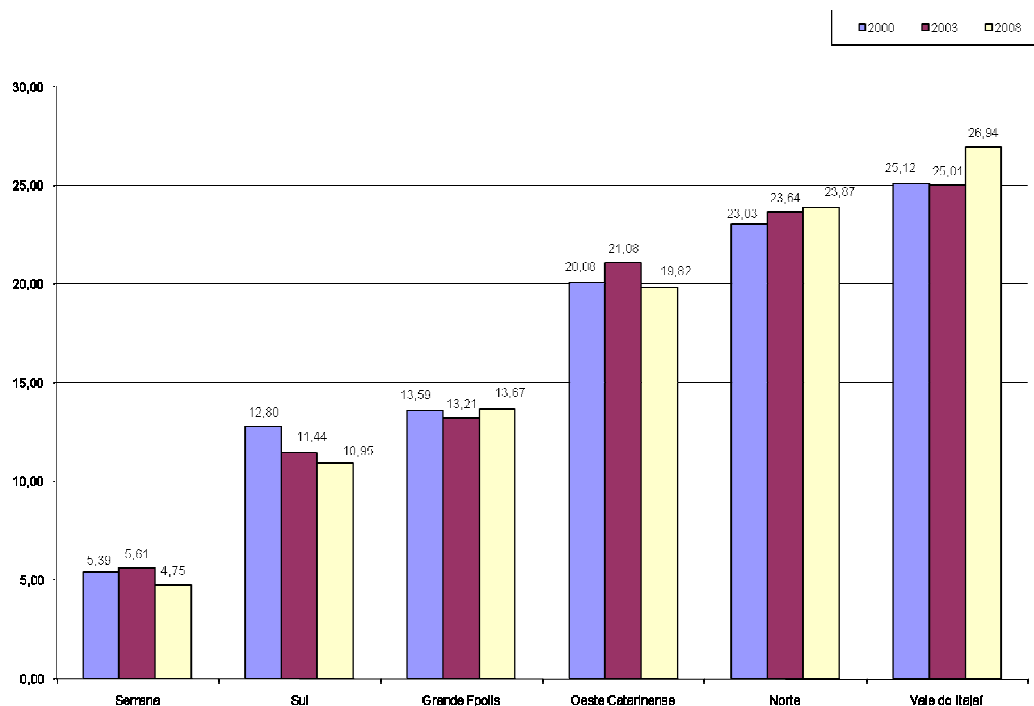


Figura 7: Participação das Mesorregiões Catarinenses no PIB Estadual, 2000, 2003 e 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

No Norte, fortemente industrializado, encontra-se o pólo eletro-metal-mecânico, situado principalmente nos municípios de Joinville e Jaraguá do Sul, com empresas de importância nacional, como Tupy, Embraco, Weg, entre outras; e o pólo moveleiro, em São Bento do Sul e Rio Negrinho. Além disso, a região possui importância nos segmentos de plásticos, com empresas como Tigre e Amanco em Joinville; no têxtil-vestuarista, com Marisol, Malwee e AMC em Jaraguá do Sul. Ao longo da década inicial do século XXI a região ganhou ainda mais espaço no PIB estadual, com 23,8% de participação em 2008, frente a 23,0% em 2000.

Das que aumentaram sua participação, a Grande Florianópolis é a que detém a menor participação no PIB: 13,7% em 2008. Posicionada no Leste catarinense, em Florianópolis está a sede do Governo do estado, além de vários órgãos públicos federais e estaduais. A região tem grande importância como centro de prestação de serviços. Destaca-se também a Indústria da Construção, subatividade na qual Florianópolis é o principal município do estado. A grande valorização imobiliária no município afeta todo o Aglomerado Urbano de Florianópolis(é o caso de São José, por exemplo), com destaque para o grande número de empreendimentos de alto padrão. O setor industrial, embora conte com uma importante indústria de informática, tem um peso menor na economia da região.

Por outro lado, as mesorregiões Sul, Serrana e Oeste apresentaram perda da participação no PIB catarinense, passando a contar em 2008, somadas, com 35% do valor

total, enquanto em 2000 contavam com um pouco mais de 38%. O leve movimento de desconcentração observado entre 2000 e 2003, quando cresceu a participação das regiões oeste e serrana, pode estar associado ao desempenho bastante favorável das atividades agropecuárias em 2003. No entanto, no restante do período, houve uma ampla perda de participação dessas regiões, com o que perderam importância no valor agregado estadual.

Chama muito a atenção a constante perda de importância do Sul no PIB de Santa Catarina. O percentual de participação da mesorregião no agregado estadual, que foi de 12,8% em 2000, recuou para 11,4% (2003) e 10,9% (2008). Após o declínio da indústria carbonífera, tradicional base da economia regional, no final dos anos oitenta, a indústria local recuperou-se ao longo dos anos noventa até o início da presente década. Nessa recuperação, mereceram destaque os segmentos de plásticos e cerâmico, com empresas como Eliane e Cecrisa. Além dessas, a têxtil-vestuarista, com empresas como a Damyller, a Ritmi e um grupo de outras de menor porte, também tem certa importância na região. Assim, a participação do Sul no Valor Adicionado industrial catarinense atingiu cerca de 15,0% no ano 2000. Contudo, na última década a mesma participação tem sido cada vez menor, chegando a 12,0% em 2008, o que ajuda a explicar a perda de posição da região no cenário estadual.

O Planalto Serrano é a mesorregião com a menor participação no PIB estadual. Após um leve aumento de participação entre 2000 e 2003, a mesorregião perdeu espaço e respondeu, em 2008, por apenas 4,7% do PIB de Santa Catarina. Segundo MATTEI e LINS (2010) a baixa expressão regional se deve ao predomínio, na região, de grandes propriedades agropecuárias com baixa produtividade, bem como aos baixos índices de industrialização. Entre as indústrias serranas, destacam-se as madeireiras e as de papel e celulose, segmento no qual atuam empresas como a Igaras e a Klabin. A silvicultura, estimulada pela atividade madeireira e a pecuária são atividades também importantes na região. Vale ressaltar que a atividade industrial mais importante do planalto serrano, papel e celulose, tem como característica o baixo grau de encadeamento, sendo seu impacto na economia da região muito pequeno (GOULARTI FILHO, 2002b).

Por fim, vale assinalar que o Oeste do estado detém ainda uma participação expressiva no PIB estadual. Nesta mesorregião se concentra grande parte da produção agropecuária catarinense, além de também estarem ali presentes as grandes agroindústrias, como Sadia e Perdigão. No entanto, embora ainda considerável, a participação da região assumiu uma trajetória de baixa após 2003. Com isso, em 2008 a mesorregião contribuiu com 19,8% do PIB do estado, enquanto em 2003 esse percentual chegava a 21,0%.

4.3. Dados das SDRs

Conforme comentado anteriormente, para se obter um conjunto conciso de SDRs foi necessária a adoção de um critério de estabilidade de composição. Essa é a amostra que será discutida nessa seção.

Em termos de participação percentual no PIB Estadual, a amostra de SDRs apresentou tendência generalizada de queda (tabela 2). É facilmente visto que um grande montante de SDRs que já possuíam inexpressiva participação no PIB Estadual tiveram suas proporções ainda mais reduzidas após a implementação da política de descentralização. São os casos das SDRs de São Joaquim, com variação na participação de -0,10 p.p, Campos Novos de -0,15 p. p e Maravilha com -0,04 p.p.

Já as SDRs com participação mais expressivas tiveram suas participações ampliadas após a implementação da referida política, como pode ser visto nas SDRs de Jaraguá do Sul, com aumento de 0,26 p.p, Florianópolis com 0,47 p.p e Joinville com 0,94 p.p.

Tabela 2: Participação percentual das SDRs no PIB de Santa Catarina, de 1999 a 2008.

SDR	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ p.p (99-08)	Δ p.p (03-08)
São Joaquim	0,53%	0,51%	0,58%	0,55%	0,58%	0,48%	0,48%	0,52%	0,47%	0,48%	-0,05	-0,10
Campos Novos	0,83%	0,82%	0,83%	0,84%	0,89%	0,74%	0,69%	0,67%	0,73%	0,74%	-0,09	-0,15
Maravilha	0,89%	0,91%	0,88%	0,95%	1,00%	1,00%	0,89%	0,87%	0,89%	0,96%	0,07	-0,04
Araranguá	1,85%	1,72%	1,77%	1,89%	2,08%	1,96%	1,84%	1,73%	1,68%	1,75%	-0,10	-0,33
Videira	2,41%	2,41%	2,15%	2,14%	2,13%	2,11%	2,07%	2,07%	2,04%	2,00%	-0,41	-0,13
Xanxerê	2,14%	2,13%	2,25%	2,24%	2,22%	2,25%	2,07%	1,89%	2,06%	2,15%	0,01	-0,07
Mafra	3,47%	3,53%	3,50%	3,67%	3,62%	3,78%	3,37%	3,17%	3,06%	2,99%	-0,48	-0,63
Brusque	3,24%	4,00%	3,10%	3,03%	2,92%	3,05%	3,10%	3,26%	3,18%	3,08%	-0,16	0,16
Chapecó	5,06%	3,92%	4,03%	4,08%	4,13%	4,07%	3,88%	3,81%	3,95%	4,12%	-0,94	-0,01
Jaraguá do Sul	5,08%	5,07%	5,17%	4,92%	5,04%	5,33%	5,29%	4,50%	5,40%	5,30%	0,22	0,26
Florianópolis	12,60%	12,49%	12,35%	12,52%	12,12%	11,95%	12,45%	12,97%	12,51%	12,59%	-0,01	0,47
Joinville	12,83%	12,82%	12,92%	13,36%	13,23%	12,90%	14,24%	15,47%	14,67%	14,17%	1,34	0,94
Demais SDRS	49,06%	49,66%	50,46%	49,83%	50,03%	50,38%	49,62%	49,07%	49,37%	49,67%	0,61	-0,36

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Vê-se melhora no PIB per capita de todas as SDRs da amostra durante todo o período de análise (figura 8). Em 2008 nenhuma delas apresenta produto per capita inferior a R\$ 11.000 ao ano. Essa tendência de aumento no indicador foi impulsionada pela elevada taxa de crescimento do PIB do país, que no período apresentou um crescimento médio de 8,3% ao ano.

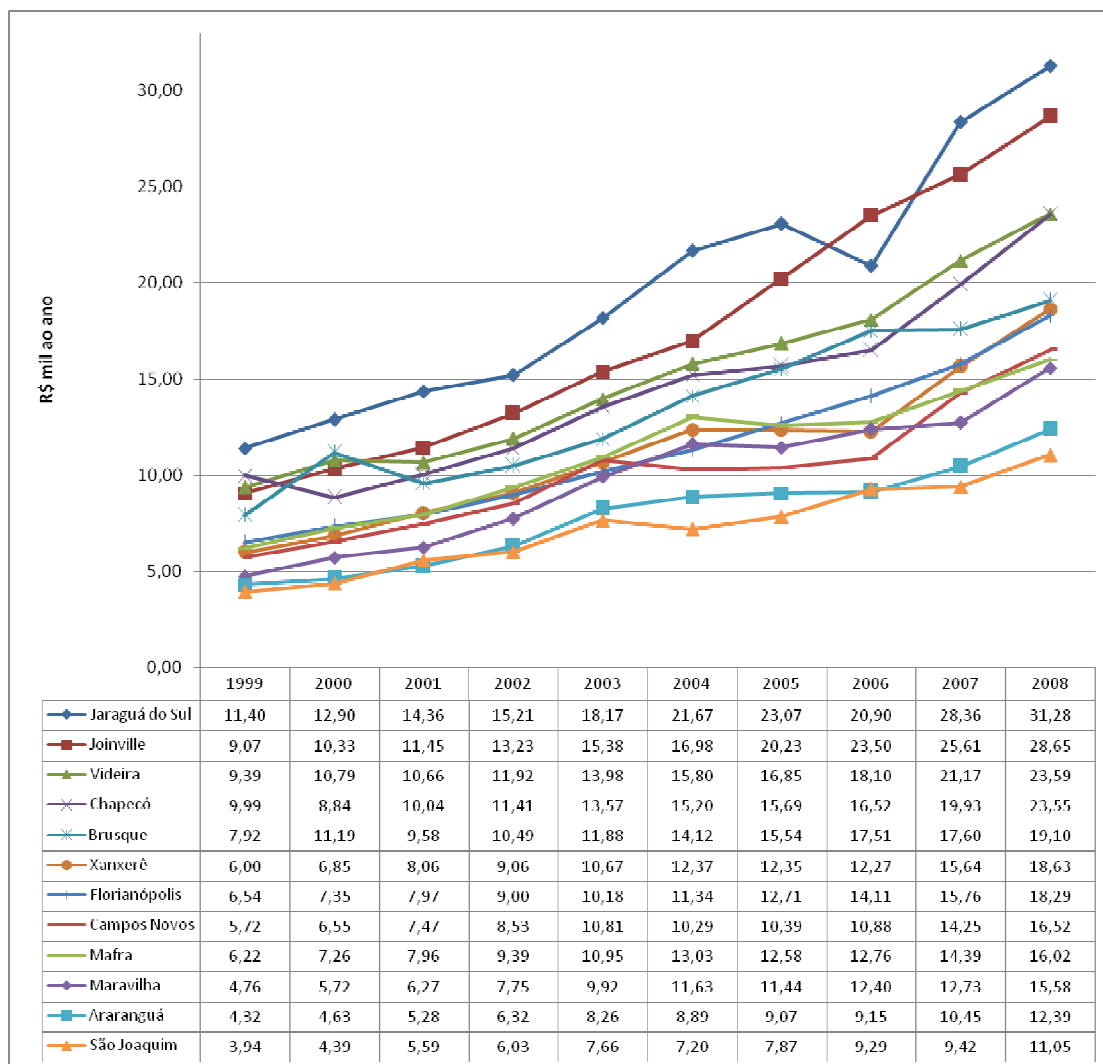


Figura 8: PIB Per Capita da amostra de SDRs de 1999 a 2008 – R\$ mil / ano.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Utilizando-se de dados de crescimento do PIB per capita anualizados (tabela 3), não é possível ver uma grande diferença de comportamento entre as SDRs. Nota-se, como já confirmado anteriormente, melhora generalizada no indicador em todas as secretarias, inclusive em diversas SDRs localizadas em regiões menos dinâmicas economicamente, como as de São Joaquim (crescimento de 14,08% a.a.) e Mafra (crescimento de 12,51% a.a.).

No entanto, nota-se que as taxas de crescimento para o período após 2003 são menores que aquelas que compreendem todos os anos da série, à exceção de 3 SDRs - a saber: Joinville,

Chapecó e Campos Novos. Ou seja, após a implementação da política de descentralização, o PIB per capita da grande maioria das SDRs da amostra cresceu a taxas menores. Além disso, as três SDRs com maior crescimento anual no PIB per capita entre 2003 a 2008 - Brusque (13,25%), Joinville (12,43%) e Jaraguá do Sul (11,80%) - fazem parte, respectivamente, das mesorregiões do Vale do Itajai e do Norte. Essas regiões, conforme já assinalado anteriormente, tendem a concentrar as melhores condições de crescimento econômico do estado.

Tabela 3: Variação percentual média ao ano no PIB Per Capita das SDRs, de 1999 a 2008 e 2003 a 2008.

SDR	$\Delta\%$ a.a. (99-08)	$\Delta\%$ a.a. (03-08)
Brusque	13,63%	13,25%
Joinville	12,12%	12,43%
Jaraguá do Sul	13,43%	11,80%
Chapecó	9,99%	11,65%
Araranguá	11,87%	11,48%
Campos Novos	10,77%	11,03%
Florianópolis	10,28%	9,96%
São Joaquim	14,08%	9,44%
Mafra	12,51%	8,85%
Videira	12,41%	8,44%
Maravilha	11,09%	7,91%
Xanxerê	12,13%	7,60%

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

A evolução do índice de Gini (figura 9) denota claramente que tanto Santa Catarina como as SDRs da amostra se encontram sistematicamente abaixo do índice nacional. Enquanto o Gini médio do Brasil foi de 0,86, o de Santa Catarina foi de 0,75 e o das SDRs de 0,62.

São três as SDRs da amostra que se encontram acima da média estadual, ou seja, apresentam uma distribuição pior do PIB entre os municípios que as compõem: Chapecó, Joinville e Florianópolis. Essa heterogeneidade se explica pela concentração do PIB regional no maior município de cada uma dessas regiões⁶. Por outro lado, as SDRs mais homogêneas entre as selecionadas foram, nessa ordem, São Joaquim (0,44), Mafra (0,46) e Araranguá (0,49). As diferenças entre os valores do PIB dos municípios que compõem essas SDRs se posicionam, por certo, entre as menores do estado.

⁶ Florianópolis representou 52%; Chapecó, 84% e Joinville 45% do PIB total de suas respectivas SDRs.

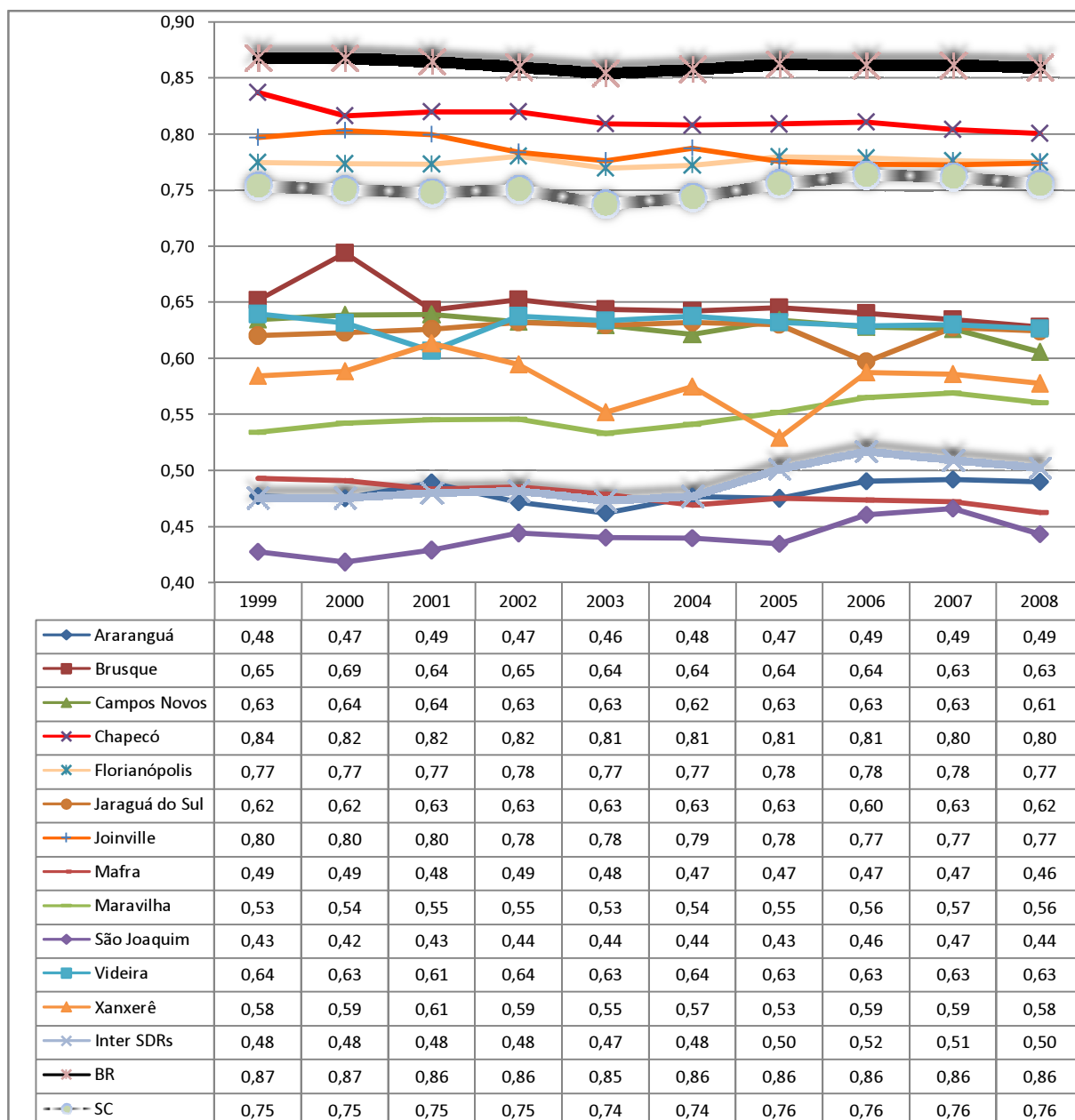


Figura 9: Evolução do Índice de Gini para as SDRs, Santa Catarina e Brasil, de 1999 a 2008.
Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

A seguir, trata-se da variação do índice de Gini no período pós-2003, quando vigorou no estado a política de descentralização do governo estadual (tabela 4).

Das três secretarias com pior distribuição do PIB entre seus municípios, duas apresentaram desconcentração no período pós-implementação, com reduções de 1,07% , 0,24% no Gini de Chapecó e Joinville. Florianópolis, porém, teve piora de 0,70%. As SDRs com maior melhora no indicador de 2003 a 2008 foram as de Campos Novos (-3,78%), Mafra (3,41%) e Brusque (2,45%). Já Araranguá, Maravilha e Xanxerê tiveram seu Gini aumentado em 5,98%, 5,09% e 4,68%, respectivamente.

Por fim, uma medida extremamente importante é o índice de Gini calculado entre as SDRs da amostra, que evidencia a diferença entre a participação das SDRs no PIB estadual. Entre 2003 e 2008, tal indicador foi majorado em 6,14%, indicando uma piora na distribuição do PIB entre as SDRs do painel selecionado. Isso mostra que, no período, a diferença entre o valor do PIB dessas SDRs aumentou, com as mais representativas concentrando uma parcela maior do valor adicionado em detrimento das menos representativas, que perderam participação.

Tabela 4: Variação percentual acumulada do Índice de GINI de 1999 a 2008 e 2003 a 2008.

SDR	$\Delta\%$ (99-08)	$\Delta\%$ (03-08)
Campos Novos	-4,54%	-3,78%
Mafra	-6,16%	-3,41%
Brusque	-3,67%	-2,45%
Videira	-2,01%	-1,11%
Chapecó	-4,34%	-1,07%
Jaraguá do Sul	0,65%	-0,82%
Joinville	-2,84%	-0,24%
BR	-1,01%	0,61%
São Joaquim	3,71%	0,63%
Florianópolis	0,01%	0,70%
SC	0,21%	2,43%
Xanxerê	-1,16%	4,68%
Maravilha	4,85%	5,09%
Araranguá	2,60%	5,98%
Inter SDRs	5,63%	6,14%

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

5 - Considerações finais

O governo do estado, a partir de 2003, consolidou esforços na execução de uma política de descentralização, através da criação das secretarias de desenvolvimento regional. O objetivo esperado, logicamente, era o de gerar uma melhora na partilha das oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômicos no estado.

Contudo, o que se observou entre 2003 e 2008 foi um agravamento da desigualdade no PIB entre os municípios catarinenses. As mesorregiões Oeste, Sul e Serrana perderam espaço no PIB estadual, que ficou ainda mais concentrado nas mesorregiões Norte, Vale do Itajai e Grande Florianópolis, que já se posicionavam como as mais dinâmicas do estado ao longo dos anos 1990.

Em relação ao setores de atividade econômica, viu-se que o setor secundário aumentou sua participação no PIB, em detrimento dos setores primário e terciário. O setor industrial apresentou ainda, no período entre 1999 e 2008, uma clara tendência a desconcentração, estando mais bem distribuído entre os municípios catarinenses. Já nos setores agropecuário e de serviços, o movimento é de concentração.

Com relação a amostra de SDRs, notou-se que as secretarias mais expressivas no PIB estadual tiveram suas participações ainda mais ampliadas, em detrimento das menos expressivas. Situação semelhante foi vista na evolução do PIB per capita: apesar de crescimento generalizado no indicador, vinculado ao forte crescimento em todo o país, houve concentração das melhorias nas SDRs das regiões Norte e Vale do Itajai. Além disso, o PIB per capita passou a crescer a taxas mais modestas no período que se seguiu a implantação das SDRs.

O índice de Gini do estado, como um todo, aumentou em 0,21%, passando de 0,753 em 1999 para 0,755 em 2008. As SDRs de Chapecó, Joinville e Florianópolis tiveram os maiores índices de concentração do painel estudado. O Gini calculado entre as SDRs da amostra, para o período de 2003 e 2008, foi majorado em 6,14; ou seja, no período, a diferença entre o valor do PIB dessas SDRs aumentou, com algumas concentrando uma parcela maior do valor adicionado em detrimento de outras, que perderam participação.

Os resultados indicam que, aparentemente, a capacidade do governo do estado de atuar nas desigualdades regionais através de sua política de descentralização é bastante limitada. Sugere-se, para futuros trabalhos uma análise das ações das SDRs, tanto em termos de eficiência dos investimentos efetivamente realizados como das contas de custeio.

Referências Bibliográficas

BIRKNER, Walter M. K.. **Capital social e reformas políticas em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado**. Tese (Doutorado).

Campinas, Unicamp, 2004.

BUTZKE, L.; THEIS, Ivo M.; GOULARTI, Juliano G. **Qual “desenvolvimento territorial sustentável” para Santa Catarina? As Secretarias de Desenvolvimento Regional em questão**. III Encontro de Economia Catarinense. Blumenau, 2009.

DALTON, Hugh. **The measurement of the Inequality of Incomes**. The Economic Journal, V. 30. N. 119. Pp. 348-361. 1920.

DAVIDSON, Russell. **Reliable Inference for the Gini Index**. Journal of Econometrics, V. 150. N. 1. Pp. 30-40. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 23, n.2. Pp. 977-1007. 2002a.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002b.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. Pioneira Editora. Ed. 4. 1980.

IBGE – Série Contas Nacionais. Produto Interno bruto dos municípios – 1999 a 2008.

IBGE – Série Contas Regionais do Brasil – 1999 a 2008.

KIM, Sukko. **Spatial Inequality and Economic Development: Theories, Facts, and Policies.** Commission for Growth and Development Working Paper n° 16. World Bank, 2008.

LINS, Hoyêdo N. **Têxteis catarinenses nos anos 90.** Atualidade Econômica, ano 12, n. 47. 2000.

MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A.; CARDOSO, Joel H.. **Iniciativas intermunicipais de desenvolvimento: análise de experiências no estado de Santa Catarina.** XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto - SP. Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

MATTEI, Lauro; ALVES; Pedro A. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos.** Texto para discussão n. 3. Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 2007.

MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século.** In: MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó: Argos, 2010.

RUDNICK, Luciane T.; MATTEDI, Marcos A.. **Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003-2009.** 2010.

SANTA CATARINA. **Plano de Governo. Fundamentos da Proposta.** Disponível em <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/planodegoverno00.htm>. Acesso em Jan de 2011.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar número 284, de 28 de fevereiro de 2005.** Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#> Acesso em Janeiro de 2011.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar número 381, de 07 de maio de 2007.** Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#> Acesso em Janeiro de 2011.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense.** 2.ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

TORESAN, Luiz e OLIVEIRA, Gilberto de . **Imigração, urbanização e concentração litorânea: a dinâmica populacional de Santa Catarina nos anos noventa.** Disponível em <http://www.icepa.com.br>. 2001.

THOMAS, Vinod; WANG, Yan; FAN, Xino. **Measuring Inequality: Gini Coefficients in Education.** Policy Research Working Papers Series n. 2525. World Bank. 2000.

ZHENG, Hui. **Rising U.S income inequality, gender and individual self-rated health, 1972-2004.** Social Science and Medicine, V. 69. N. 9. Pp 1333-1342. 2009.

SANTA CATARINA: DESIGUALDADES REGIONAIS NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Fabiano Rodolfo - fabiano.rodolfo@ibge.gov.br

Tecnologista em análise sócio-econômica do IBGE

Felipe Wolk Teixeira - felipe.teixeira@ibge.gov.br

Analista de planejamento, gestão e infraestrutura do IBGE

RESUMO

O trabalho analisa os dados do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, no contexto da política de descentralização adotada pelo governo estadual. Em 2003, motivado pelo crescimento das desigualdades no estado, o governo catarinense deu início a implementação de uma ampla reforma administrativa, cujo aspecto principal foi descentralizar a estrutura governamental com a criação de 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) buscando favorecer o desenvolvimento regional, combatendo assim o processo de litoralização. Os dados utilizados foram os do PIB dos municípios, com a análise da evolução de diversos indicadores, como a Curva de Lorenz, PIB per capita e índice de Gini. Durante o período de 2003 a 2008, foi possível identificar um aumento na desigualdade do PIB entre os municípios catarinenses. Houve também uma perda de espaço no PIB estadual das mesorregiões Oeste, Sul e Serrana e um aumento na participação das mesorregiões Norte, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Entre a amostra de SDRs, as menos representativas economicamente perderam participação no PIB estadual. Notou-se ainda que o setor secundário, tradicionalmente forte no estado, aumentou sua participação percentual no PIB, em detrimento dos setores primário e terciário. O PIB per capita se expandiu durante todo o período, com crescimento mais sensível nas regiões Norte e do Vale do Itajaí. Já o índice de Gini mostrou piora tanto para o quadro geral do estado, com um aumento de 0,21% de 1999 a 2008 como para o índice calculado entre as SDRs da amostra, com aumento de 5,63% no mesmo período.

PALAVRAS-CHAVE: Economia de Santa Catarina, Crescimento, Desigualdade.

1 - Introdução

Uma das características mais marcantes do estado de Santa Catarina em relação ao restante do país é a distribuição relativamente equilibrada, tanto da população quanto da atividade econômica. Nas últimas duas décadas, porém, os desequilíbrios têm se manifestado de forma cada vez mais clara. A concentração da população e da atividade econômica em algumas áreas, por um lado, e a fuga de população e a estagnação ou declínio econômico de outras começaram a se fazer notados, a ponto de estimular a ação do governo estadual. A política de descentralização é a base dessa ação, uma tentativa de promover o desenvolvimento regional, mirando à recuperação da harmonia na distribuição da população entre as regiões do estado.

Passados oito anos da criação das primeiras 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), este artigo é uma tentativa de avaliar como têm evoluído o Produto Interno

Bruto (PIB) catarinense em vários aspectos, destacando a concentração das atividades no período entre 1999 e 2008.

Para isso, o estudo está dividido em cinco seções, além desta breve introdução. Na seção 2 são descritos aspectos recentes da sócio-economia catarinense, anotando que o reforço das desigualdades entre as regiões passou a ser percebido como um problema no estado, motivando propostas de intervenção pública através da política de descentralização. A seção 3 descreve as medidas de desigualdade que serão utilizadas no presente estudo. A seção 4 utiliza os dados mais recentes disponíveis, até 2008, para apontar quais os principais aspectos da dinâmica recente do PIB catarinense. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

2 – Santa Catarina: aspectos sócio-econômicos recentes e as desigualdades regionais.

O Estado de Santa Catarina possui, segundo os dados mais recentes do IBGE, o maior PIB Per Capita da região Sul, e o quarto maior do país. Ocupando apenas 1,2% do território nacional e com uma população de cerca de 6 milhões de habitantes, o PIB do estado atingiu em 2008 mais de R\$ 120 bilhões de reais, aparecendo como o sexto maior entre os estados brasileiros (IBGE, 2010).

É composto por 293 municípios, possuindo uma distribuição relativamente equilibrada, tanto da população como da atividade econômica, se comparada aos outros estados.

Em termos de população, o maior município catarinense, Joinville, abrigava em 2010 cerca de 515 mil habitantes, o que correspondeu a 8,24 % da população do estado. Isso contrasta com a maioria dos outros estados, onde a cidade mais importante detém um percentual bem maior da população estadual¹. No entanto, dos 293 municípios, 72,3% contavam, em 2010, com menos de 15 mil habitantes.

Em termos de atividade econômica, o estado conta com vários pólos de significativa importância, dispostos por todo o território, formando arranjos produtivos bem definidos, de alcance regional e, em alguns casos, nacional. Os municípios mais importantes estão distribuídos por todas as regiões catarinenses. Em cada uma delas, pode ser destacada uma atividade econômica de grande importância para o estado.

Os anos noventa foram marcantes para a economia catarinense. As mudanças ocorridas no país com a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e os novos limites à intervenção estatal e à política industrial, num contexto em que a austeridade fiscal se tornou

¹ A título de exemplo, no Rio de Janeiro a capital, maior cidade do estado, representou 39,5% da população estadual; São Paulo representou 27,3% da população de seu estado; Porto Alegre 14,1% e Curitiba 17,5%. (Ibge,2010)

elemento fundamental na busca pela estabilidade econômica, deixaram suas marcas na economia do estado (MATTEI e LINS, 2010, p. 109).

A indústria catarinense sofreu na tentativa de adaptar-se ao desafio da competitividade após anos de protecionismo e intervenção estatal. Em diversos segmentos, como o têxtil, por exemplo, um grande número de empresas enfrentou dificuldades para se manter em operação (LINS, 2000, p.2). Em um cenário de pouca intervenção estatal e abertura econômica, o modelo catarinense de desenvolvimento, supostamente baseado na capacidade do empreendedor europeu aqui instalado, passou a enfrentar dificuldades.

Se na indústria os efeitos foram fortes, na agropecuária a situação também foi de dificuldades. Boa parte do setor agropecuário catarinense, que já vinha com problemas desde os anos oitenta, não estava preparado para alcançar os níveis de produtividade que passaram a ser exigidos. Baseado em pequenas propriedades, utilizando intensivamente mão-de-obra familiar, um número cada vez maior dessas propriedades se tornou inviável economicamente.

Por outro lado, mesmo com o desempenho positivo da agroindústria estadual, que cresceu e conseguiu aumentar significativamente suas exportações, o setor passou por ajustes importantes ao longo da década. De fato, o sistema de integração à agroindústria sofreu mudanças que afetaram muitos produtores, em especial no oeste catarinense. Em 1990, as empresas Sadia, Aurora, Perdigão e Chapecó possuíam uma rede com 36050 integrados, número que caiu para 22198 em 1999. Entre as mudanças, foram impostas novas exigências aos produtores, entre as quais estavam ganhos de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas mais adaptadas para matrizes. Como nem todos puderam se adaptar, houve uma queda expressiva no número de suinocultores e avicultores integrados (GOULARTI FILHO, 2002a, p. 994).

Todas essas mudanças na economia aconteceram ao mesmo tempo em que se observaram mudanças na distribuição da população no espaço. Na medida em que a atividade econômica de uma região entra em decadência ou sofre um contínuo processo de modernização produtiva, são criadas as circunstâncias que fazem com que parte dos habitantes tenham sua base de existência solapada, não lhes restando outra alternativa senão migrar em busca de novas oportunidades, em regiões economicamente mais dinâmicas (SINGER, 1990).

SINGER (1990) associa as migrações a ação de dois fatores: os de estagnação e os de mudança. Os fatores de estagnação são relacionados à escassez de recursos, como terra e capital, que geram a impossibilidade de se obter ganhos de produtividade. Por sua vez, os fatores de mudança estariam ligados a implantação de relações capitalistas na área de origem

dos fluxos, aumentando a produtividade e criando uma população sobrando que poderia ser deslocada para outras áreas. Os fluxos gerados por esses fatores, nas áreas de origem, seriam orientados pela ação de fatores de atração, que podem ser desde a estrutura de oferta de serviços públicos, opções de lazer, ou, o que é mais comum, demanda por força de trabalho.

Não por acaso, o processo migratório atingiu mais fortemente a região oeste do estado, dependente do setor primário, onde alguns autores identificaram um processo de 'esvaziamento demográfico' (SILVA *et al*, 2003, p. 30). No caso dessa região, de acordo com MATTEI e ALVES (2007, p. 14), as transformações na relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias são um dos principais determinantes da dinâmica demográfica. Mesmo com alguns municípios contando com ganhos populacionais, como Chapecó, por exemplo, o resultado para a região é uma expressiva perda absoluta de população. Junto com o oeste, sofreram perdas populacionais muitos outros municípios, em particular os menores e aqueles cuja base econômica é a atividade agropecuária. Essa população deslocada se dirigiu, em grande medida, para as áreas mais dinâmicas do estado, o que significa falar do eixo formado pela área do litoral catarinense, especialmente a partir de Florianópolis para o Norte, até Joinville, e pelo Vale do Itajaí, até a região de Blumenau. Esse movimento de concentração da população nesses espaços, em detrimento do interior do estado, foi chamado de 'litoralização' (TORESAN e OLIVEIRA, 2001, p.1).

Nas eleições de 2002 essas questões se tornaram o foco principal do plano de governo do então candidato Luiz Henrique da Silveira. Com seu plano 15, o mesmo comprometeu-se a iniciar um amplo processo de descentralização com vistas a promover o desenvolvimento regional e reestabelecer a harmonia na distribuição populacional entre as regiões.

A visão defendida era que o estado sofria com o aprofundamento das migrações, tendo se tornado campeão de êxodo rural, problema esse associado à ausência de políticas regionais de desenvolvimento agropecuário e à centralização governamental. Enquanto algumas áreas sofriam com o declínio econômico e perda de população, outras recebiam contingentes populacionais expressivos, produzindo uma crise urbana, manifesta em problemas crônicos como favelização, sub-emprego, criminalidade, etc. A 'litoralização' deveria ser combatida: esse era o principal objetivo econômico-social da descentralização. (SANTA CATARINA, 2011)

Uma vez eleito, uma das primeiras medidas de Luiz Henrique foi iniciar uma ampla reforma administrativa. No centro dessa reforma, efetivada através da Lei Complementar 243/03, foi implantada no estado a política de descentralização, principal compromisso assumido nas eleições do ano anterior.

2.1 – As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)

Para cumprir seu objetivo, assegurando um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do estado, a política de descentralização criou inicialmente 29 SDRs espalhadas por todo o território catarinense, cada uma com um respectivo Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), e o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC).

Em 2005 houve o primeiro ajuste significativo na política de descentralização²: além de mudanças na composição de algumas SDRs, uma nova foi criada: Dionísio Cerqueira (Santa Catarina, 2005). No ano de 2007 foram criadas 6 novas SDRs, a saber: Quilombo, Taió, Seara, Timbó, Itapiranga e Braço do Norte, e o número de SDRs chegou a 36, conforme ilustrado no quadro 1. Das 29 SDRs inicialmente criadas, menos da metade delas preservou sua formação inicial. Em linhas gerais, essas reformas procuraram aprofundar a descentralização, adequando a estrutura do governo e melhor definindo as funções das secretarias centrais (denominadas ‘Setoriais’ a partir de 2007) e SDRs.

Araranguá	Joaçaba
Blumenau	Joinville
Braço do Norte	Lages
Brusque	Laguna
Caçador	Mafra
Campos Novos	Maravilha
Canoinhas	Palmitos
Chapecó	Quilombo
Criciúma	Rio do Sul
Concórdia	São Joaquim
Curitibanos	São Lourenço do Oeste
Dionísio Cerqueira	São Miguel do Oeste
Grande Florianópolis	Seara
Ibirama	Taió
Itajai	Timbó
Itapiranga	Tubarão
Ituporanga	Videira
Jaraguá do Sul	Xanxerê

Quadro 1: Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Santa Catarina.

Fonte: Secretaria de Planejamento de Santa Catarina.

Conforme proposto pelo governo, as SDRs devem atuar como agências oficiais de desenvolvimento regional, desenvolvendo ações de forma articulada com as secretarias setoriais, em conjunto com os CDRs e executando as políticas do estado na sua área de abrangência. Suas funções também incluem, entre outras atribuições, atuar como articuladoras da transformação de suas respectivas regiões em territórios de desenvolvimento sustentável e

² Há vários outros pequenos ajustes na legislação aqui omitidos por não afetarem os resultados deste trabalho. Já em 2004 houve o primeiro deles, que mudou o nome da SDR de São José para SDR da Grande Florianópolis e deslocou o município de Orleans da SDR de Tubarão, a qual estava originalmente vinculado, para a SDR de Criciúma.

de bem-estar social e como motivadoras do desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda (SANTA CATARINA, 2007).

A estrutura das SDRs é variável, algumas sendo dotadas de estrutura mais complexa e maior número de cargos, como as de Joinville e da Grande Florianópolis; outras apresentam uma estrutura mais simples e um número menor de cargos como a de Mafra e São Joaquim. Traço comum, todas as SDRs possuem pelo menos 5 gerências de ações finalísticas (Saúde, Educação, Infra-estrutura, Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura e Assistência Social, Trabalho e Habitação), além de uma direção geral e uma gerência de Administração e contabilidade, um consultor jurídico e um assessor de comunicação.

Os CDRs são ocupados por prefeitos e presidentes das câmaras de vereadores da regional e também pelo secretário de desenvolvimento regional, considerados membros natos, e mais dois representantes da sociedade civil de cada um dos municípios da área de abrangência da SDR. Entre suas principais competências estão as tarefas de apoiar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual e estudar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as Secretarias de Estado Setoriais (SANTA CATARINA, 2007).

Vale salientar que embora caiba aos conselhos auxiliar as SDRs na definição das necessidades regionais, formulando diretrizes de política e definindo as prioridades regionais, cabe ao governo central avaliar tais demandas, decidindo pela liberação ou não dos recursos. ABRUCIO e FILIPPIN (2010, p. 225) apontam que, em alguma medida, essa falta de poder decisório tem desestimulado a participação nos conselhos, em particular dos representantes da sociedade civil, esvaziando suas reuniões.

Por fim, o DESENVESC, de caráter consultivo, é presidido pelo governador do estado, e integrado pelo Vice-Governador, pelos Secretários de Estado do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, de Coordenação e Articulação, da Educação, da Assistência Social, do Trabalho e Habitação, de Turismo, Cultura e Esporte, bem como pelo Secretário Especial de Articulação Internacional, e um representante de cada um dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (SANTA CATARINA, 2007).

A partir do estudo de CASAROTTO FILHO *et al* (2003), solicitado pela Secretaria de Planejamento estadual, nota-se que as experiências brasileiras de orçamento participativo (prefeituras, como Porto Alegre) e descentralização (Ceará), junto com os casos de países europeus, em particular a Itália, serviram de base para construção do modelo teórico e metodológico da política de descentralização. A promoção do desenvolvimento regional é

vista como dependente das iniciativas realizadas a partir dos atores sociais atuantes em cada território (MATTEI *et al*, 2005, p. 4). Na prática, porém, a política de descentralização parece estar um pouco afastada de seus objetivos.

Embora tenha sido ainda pouco estudada, a experiência catarinense mostra resultados controversos. ABRUCIO e FILIPPIN (2010, p. 226) consideram que a implantação da política de descentralização do Governo sobrepôs-se a iniciativas de desenvolvimento regional baseadas na iniciativa de atores locais, da sociedade civil organizada e associações de município. A longa tradição associativista presente em Santa Catarina teria sido desconsiderada pelo governo do estado, que implantou uma política de descentralização cujo resultado prático é aumentar a concentração de poder no governo central. Além disso, com o loteamento dos cargos das SDRs entre os partidários da aliança governista, a política de descentralização estaria funcionando menos como uma política de desenvolvimento regional e mais como uma estratégia eleitoral, garantindo a manutenção no poder da coalizão político-partidária dominante. BIRKNER (2004) mostra que a política de descentralização baseada na criação das SDR, estas compostas com 15 a 20 cargos vinculados aos partidos da base governista, poderia fortalecer relações clientelistas ao invés de atenuá-las.

No que se refere a aplicação de recursos, eles estariam sendo direcionados para as SDRs mais populosas e localizadas no litoral, o que parece um pouco contraditório em relação aos objetivos anunciados da política de descentralização (RUDNICK e MATTEI, 2010, p. 48). Além disso, os investimentos das SDRs estariam concentrados em elementos de despesa obrigatórios, como saúde e educação, sobrando pouca margem para investimentos que contemplassem projetos de desenvolvimento regional. Por fim, vale notar que os gastos de custeio para manter a estrutura das SDR funcionando é também considerável, o que compromete ainda mais os recursos públicos que poderiam ser destinados a outros projetos (BUTZKE *et al*, 2009, p.13).

3 - Medidas de desigualdade

Gerar desenvolvimento econômico mantendo ou promovendo maior equilíbrio entre indivíduos e regiões é uma das mais importantes tarefas dos formuladores de políticas públicas. Sendo assim, os mecanismos de mensuração de desigualdades são subsídios fundamentais na execução dessas políticas públicas (KIM, 2008, p. 12). Esse ferramental busca não apenas identificar desigualdades de renda, como também entre outras variáveis importantes. Para os objetivos deste trabalho, trata-se de utilizar essas ferramentas de

mensuração da desigualdade para apurar, principalmente, as diferenças entre municípios e SDRs na participação no PIB estadual no período recente.

Nas subseções seguintes serão explicitadas as ferramentas de mensuração de desigualdade que serão adotadas neste estudo.

3.1. Diagrama de Lorenz

No diagrama de Lorenz (figura 1), é plotada a proporção acumulada de renda de uma população (Φ) em função da proporção acumulada dessa população (ρ). Conforme HOFFMAN (1980, p. 272), parte-se de duas situações opostas: uma de perfeita igualdade e outra de perfeita desigualdade.

A primeira ocorre caso toda a população receba a mesma renda e é observada quando cada proporção ρ da população possui uma igual proporção Φ de renda. A perfeita igualdade na distribuição de renda é representada pela reta AB, onde Φ é sempre igual a ρ .

A perfeita desigualdade é exemplificada no caso de toda a renda estar concentrada em apenas um indivíduo. Nesse caso, a proporção acumulada de renda é igual a zero até ser incluído o indivíduo que possui a renda. Para populações grandes, a área desse triângulo se aproxima da área do triângulo ABC, cuja área é numericamente igual a 0,5.

De forma intuitiva, ao se estimar uma curva de concentração de renda, têm-se que a concentração aumenta quando a mesma se distancia da linha de perfeita igualdade. A partir desse diagrama, é possível a estimação de outros índices de desigualdades, como o de GINI, a seguir.

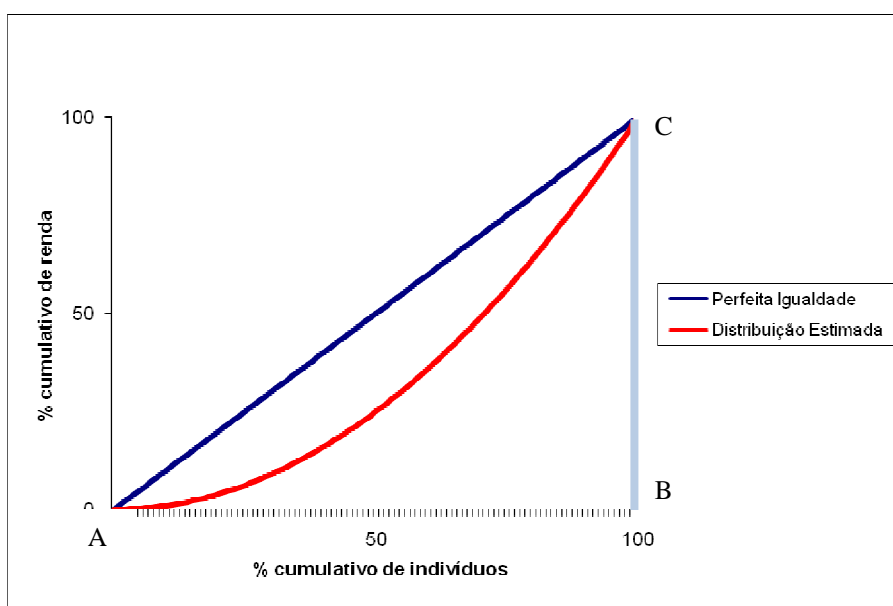


Figura 1: Curva de Lorenz.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2. O Índice de Gini

O índice de Gini³ é amplamente utilizado para mensuração da dispersão de distribuição de diferentes variáveis, seja de renda (ZHENG, 2009), educação (THOMAS, WANG e FAN, 2000) entre outros. Mesmo a sua utilização na análise de distribuição de renda pode ser segmentada, por exemplo: renda familiar, renda individual e PIB entre regiões.

Pode-se obter o índice de forma indireta através do diagrama de Lorenz. O Gini é resultado da divisão da área entre a curva estimada e a curva de perfeita igualdade pela área abaixo da curva estimada (respectivamente alfa e beta, figura 1).

$$\text{EQ 1: } GINI = \alpha / \beta$$

Onde:

α : área entre a curva de concentração estimada e a curva de perfeita igualdade;

β : área do triângulo ABC, ou seja, 0,5.

Como $0 \leq \alpha \leq 0,5$ o índice de Gini se situa entre 0, a igualdade perfeita, e 1, a desigualdade perfeita.

Uma forma direta de cálculo pode ser obtida na equação 2⁴.

$$\text{EQ 2: } GINI = \frac{2}{n^2\mu} \sum_{i=1}^n iX_i - \frac{1}{n} - 1$$

Onde:

n : número de observações;

X_i : variável aleatória discreta com valores em ordem discreta;

μ : Média de X_i

i : Número de ordem na sequência de valores ordenados.

Na subseção seguinte, será mostrado o $R_{10+}/40_-$, indicador de proporção entre grupos.

3.3. $R_{10+}/40_-$

Outro indicador utilizado foi o $R_{10+}/40_-$, mensurado através da razão entre o somatório da renda do décimo mais rico e da renda dos quatro décimos mais pobres de uma mesma distribuição.

Esses são apenas alguns dos mecanismos disponíveis para mensuração de desigualdades. Na próxima seção serão detalhados os dados utilizados no trabalho.

³ O índice de Gini respeita a condição de Pigou-Dalton, onde índices de desigualdade devem reagir proporcionalmente a transferências regressivas de renda; ou seja, na direção de menor disponibilidade de recursos para maior disponibilidade (DALTON, 1920).

⁴ Para outros meios de estimação, recomenda-se a leitura de DAVIDSON (2009).

4 – Análise dos dados

4.1 – Descrição dos dados

Foi utilizado para análise o período entre 1999 e 2008, dando especial ênfase, em algumas variáveis, ao período entre 2003 e 2008. As contas de Produto Interno Bruto anuais do estado e municípios de Santa Catarina foram obtidas das publicações Contas Nacionais – Produto Interno Bruto dos Municípios do IBGE, assim como os dados referentes à população⁵. Para a análise apresentada na subseção 4.2.2 foram ainda utilizados os dados dos municípios agrupados segundo as mesorregiões do estado.

Além da análise do cenário geral de Santa Catarina, foi selecionada uma amostra das SDRs. Essa amostra foi construída de acordo com um critério de estabilidade: as secretarias que tiveram alteração na sua composição de municípios entre 2002 e 2008 foram retiradas. As SDRs estáveis nesse período foram: Araranguá, Brusque, Campos Novos, Chapecó, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Maravilha, São Joaquim, Videira e Xanxerê.

4.2 – Evolução recente do PIB municipal catarinense

Entre 2000 e 2008, Santa Catarina superou Bahia e Distrito Federal, passando a ocupar o posto de sexto mais importante estado brasileiro na produção de riquezas. O desempenho observado nos anos noventa, quando o estado cresceu a taxas superiores ao restante do país, repetiu-se na primeira década do século XXI, como pode ser notado na tabela 1. Em termos nominais, o PIB catarinense cresceu sempre a taxas superiores ao brasileiro ao longo de todo o período. Enquanto em Santa Catarina as taxas médias de crescimento chegaram a 14,26% a.a., nacionalmente elas foram de 12,33% a.a.. Em relação ao setor industrial, importante na dinâmica da economia catarinense, o crescimento do Valor Adicionado estadual (14,31% a.a.) também foi superior ao observado para o conjunto do país (12,94% a.a.).

Assim, a economia catarinense, que ainda aparecia em 2000 como a oitava do país, respondendo por cerca de 3,6% do PIB brasileiro, conseguiu superar outros estados e ampliar sua participação no agregado nacional. Essa participação atingiu cerca de 3,9% em 2003, o qual foi, mesmo que timidamente, ampliando-se ao longo da década, chegando em 2008 a 4,1%.

⁵ Nos anos em que o IBGE realizou o Censo Populacional (2000) e Contagem Populacional (2007), foram utilizados esses mesmos; nos demais, a população considerada foi a da estimativa anual dessa mesma instituição.

Tabela 1: PIB Brasileiro e de Santa Catarina e VAB da Indústria, de 1999 a 2008.

Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ mil)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ % (99-08)
Brasil	1.064.999.712	1.179.482.000	1.302.135.029	1.477.821.769	1.699.947.694	1.941.498.358	2.147.239.292	2.369.483.546	2.661.344.525	3.031.864.490	12,33%
Santa Catarina	37.151.230	43.311.914	48.748.248	55.731.863	66.848.534	77.392.991	85.316.275	93.146.754	104.622.947	123.282.982	14,26%

Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (R\$ mil)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ % (99-08)
Brasil	240.734.966	283.321.000	301.171.000	344.406.000	409.504.000	501.771.000	539.283.000	584.952.000	636.280.000	719.987.000	12,94%
Santa Catarina	11.049.770	13.752.747	15.065.216	16.348.309	19.323.961	24.609.733	25.316.311	28.103.074	32.619.432	36.832.565	14,31%

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

4.2.1 – As desigualdades entre os municípios

A trajetória de crescimento maior que o nacional, anteriormente referida, foi acompanhada por um aumento das desigualdades no estado. Embora ainda se posicione como bem distribuído em relação ao Brasil, Santa Catarina possui, cada vez mais, desigualdades importantes, que serão reveladas pela análise da participação dos municípios no PIB estadual.

A figura 2 evidencia a grande concentração do PIB em Santa Catarina. Ela mostra que o décimo superior dos municípios no PIB detém mais de 65% do valor total produzido no estado, enquanto que os quatro décimos inferiores respondem por apenas 5% do PIB estadual.

O $R_{10,+/40,-}$ médio no período entre 1999 e 2008 foi de 15,9. Isso significa que o décimo superior dos municípios possui uma participação 15,9 vezes maior no PIB que os quatro décimos inferiores.

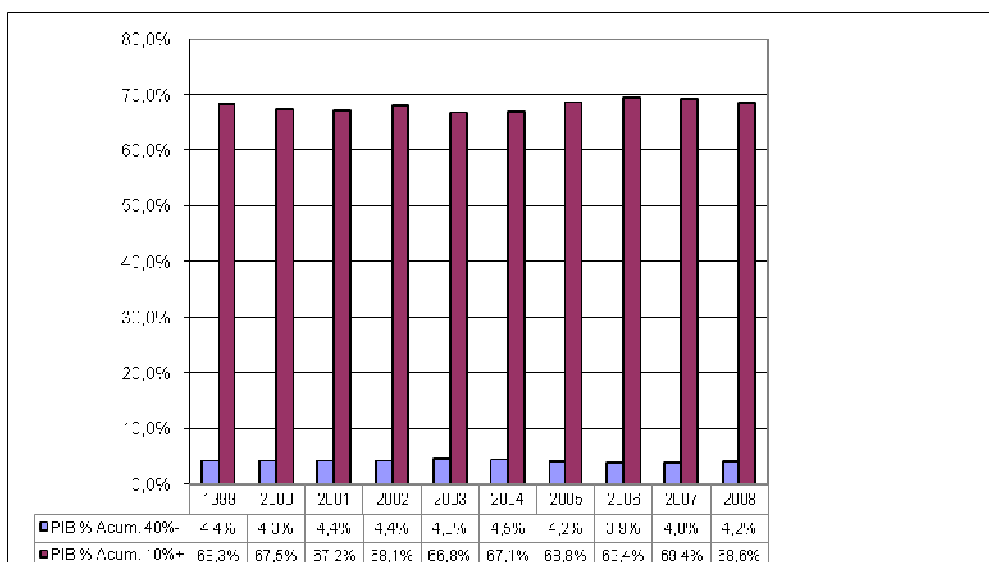


Figura 2: Participação no PIB de Santa Catarina dos municípios 10%+ e 10%- , de 1999 a 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Vale salientar que o índice $R_{10,+/40,-}$ se encontrou sistematicamente maior após a criação das SDRs do que em períodos anteriores (figura 3). Apesar disso, após o ponto de máximo de 17,9 em 2006, houve tendência de queda no índice, chegando a 2008, um pouco acima de 16,0.

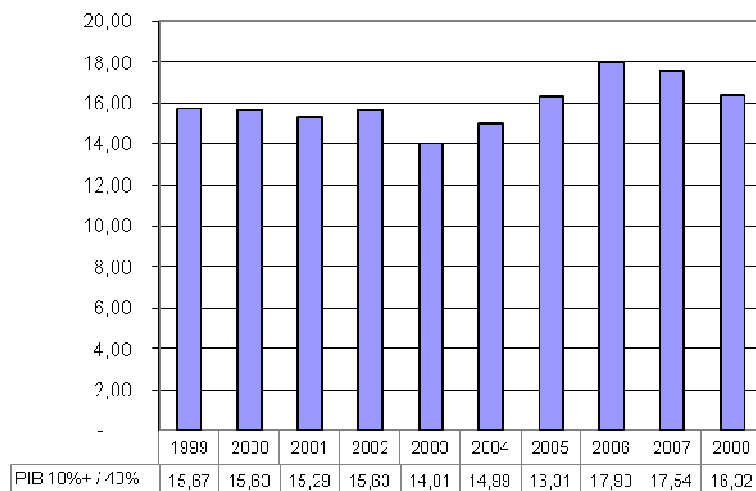


Figura 3: dos municípios de Santa Catarina

Considerando apenas os 10 maiores municípios, estes respondiam por 45,4% do PIB em 1999, e passaram a concentrar 47,1% em 2008. Por outro lado, os 50 menores respondiam em 1999 por cerca de 12,3% do PIB estadual, frente a 11,8% de participação no mesmo agregado em 2008.

A figura 4 traz a curva de Lorenz para os dados do PIB municipal. Inicialmente, ela mostra que a economia catarinense passou por um processo de concentração entre 2003 e 2008. Isso pode ser notado pela posição da curva de Lorenz para 2008, que envolve, por fora, a curva de 2003, o que significa que houve um aumento considerável da área de concentração. Como se pode perceber, em 2008, foi necessário agrupar mais de 60% dos municípios de menor importância no PIB catarinense para se atingir uma parcela de apenas 10% do agregado estadual. Na outra ponta da distribuição, o maior município do estado, Joinville, respondeu sozinho por um percentual de 10% do PIB estadual, equivalente, portanto, ao produzido pelos 60% municípios menos expressivos na produção de riquezas.

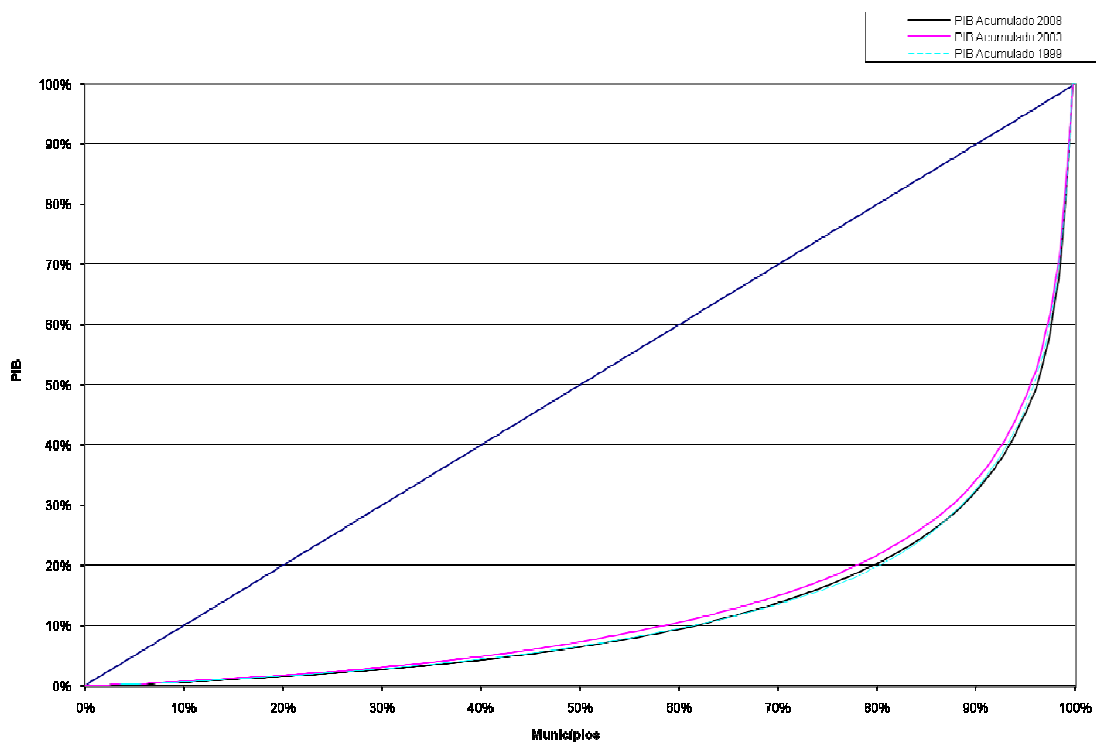


Figura 4: Curva de Lorenz para o PIB de Santa Catarina em 1999, 2002 e 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Pode ser notado, ainda, um leve movimento de desconcentração entre 1999 e 2003. A abertura setorial permite entender melhor esse movimento. Ele está relacionado, em parte, ao crescimento maior do valor adicionado da atividade agropecuária no período entre 2002 e 2003, de 43,4%. Assim, o setor que é o mais importante nos municípios menores, e o mais bem distribuído no estado, como se verá mais adiante, representava 9,0%, e passou a representar 10,8% do PIB catarinense entre 2002 e 2003. Por outro lado, o PIB industrial também mostrou-se menos concentrado entre 2002 (0,81) e 2003 (0,80), o que parece ter contribuído para a melhora na distribuição no período.

A partir de 2003, porém, a desigualdade retoma uma tendência de alta, que pode ser melhor observada a partir dos dados do Índice de Gini, constantes na figura 5. Pode ser percebido que a partir de 2003 tal indicador cresceu, atingindo nos anos 2006 e 2007 os valores mais altos da série. Em 2008 verifica-se novamente um leve movimento de desconcentração, não revertendo, todavia, a concentração anterior. Com isso, entre 2003 e 2008, o Gini avançou mais de 2,40%.

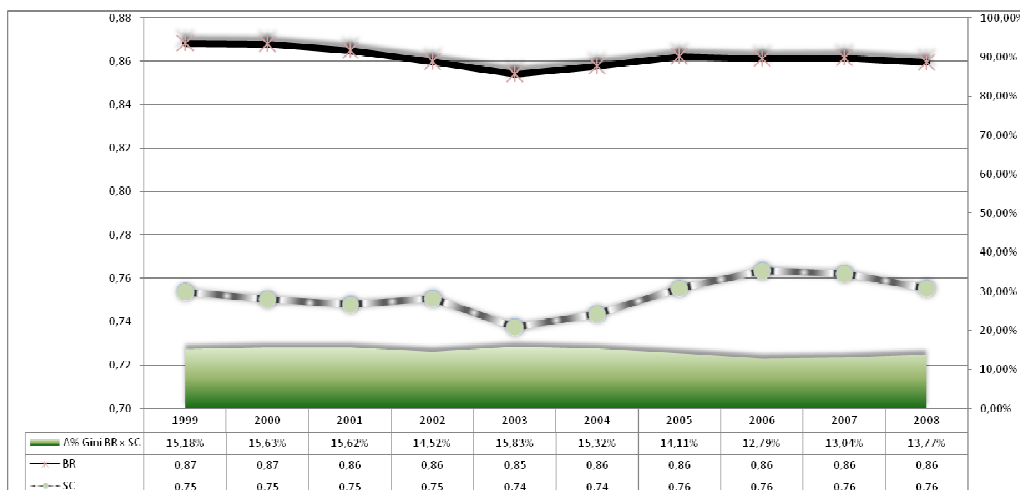


Figura 5: Evolução do índice de Gini do Brasil e de Santa Catarina, de 1999 a 2008

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outra constatação importante é que o índice de Gini estadual esteve sempre abaixo do nacional entre 1999 e 2008. Como já observado, essa relativa desconcentração é elemento característico de Santa Catarina, e se liga a seu processo de formação econômica. Enquanto em Santa Catarina o Gini esteve na faixa de 0,75, o índice brasileiro ficou em cerca de 0,85, o que atesta que o PIB catarinense ainda se encontra melhor distribuído entre os seus municípios que o correspondente nacional.

Mesmo assim, no período completo o Gini estadual apresentou trajetória levemente ascendente (+0,21%), que foi contrastante com o desempenho do Gini nacional, que reduziu-se (-1,18%). Desse modo, o Gini de Santa Catarina ficou mais próximo do brasileiro: a diferença entre eles, nesse indicador caiu de 0,11 pontos (1999) para 0,10 (2008).

4.2.2 – O comportamento setorial

Em relação ao desdobramento setorial, percebe-se que o setor de serviços continua sendo o mais importante na produção de riquezas em Santa Catarina, atingindo em 2008 uma participação de cerca de 57,5% do PIB. Também naquele ano, a participação do setor industrial no mesmo agregado chegou a 34,4%, enquanto a do setor agropecuário foi de apenas 8,0%.

Comparativamente ao país, chama a atenção a participação significativamente maior da indústria no PIB catarinense, cerca de 7 p.p. acima do observado nacionalmente. Do mesmo modo, o setor agropecuário estadual, embora detenha uma participação menor no PIB, tem peso maior no estado que no correspondente nacional.

Através da figura 6, nota-se que entre 1999 e 2008 os setores de serviços e agropecuária apresentaram uma leve perda de participação no PIB, de cerca de 0,73 p.p. e 0,46 p.p.,

respectivamente. Por outro lado, o setor secundário teve sua participação aumentada, em cerca de 1,19 ponto percentual, reforçando ainda mais a sua importância na economia catarinense. Isso mostra que este setor, no geral, teve um bom desempenho nos anos 2000, após as diversas dificuldades enfrentadas nos anos 1990.

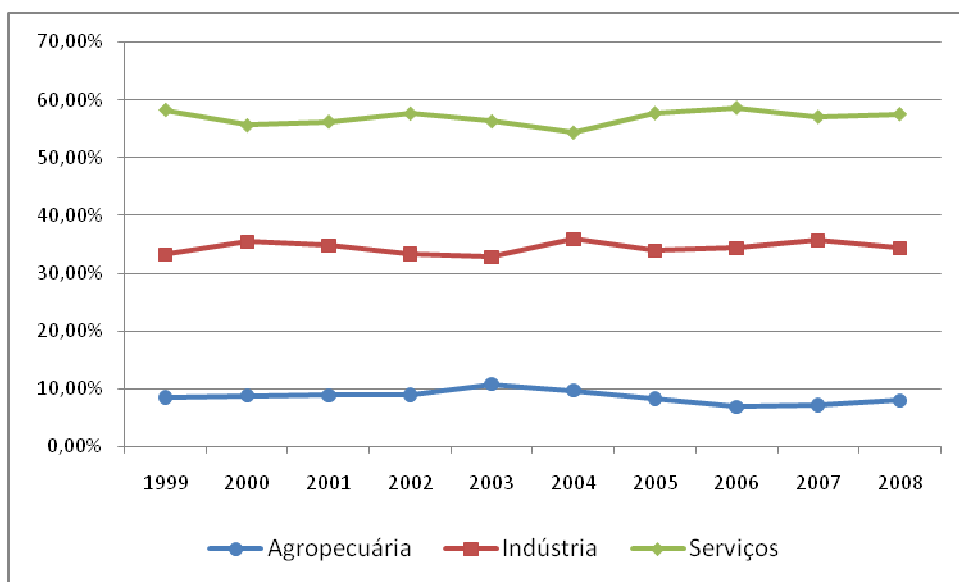


Figura 6: Participação dos setores no PIB de Santa Catarina, de 1999 a 2008

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Considerando a concentração do PIB catarinense por setores de atividade, os dados do índice de Gini, constantes no quadro 2, apontam a atividade agropecuária como a menos concentrada, com índice de 0,41 em 2008, enquanto indústria e serviços aparecem como mais concentrados, com índices similares, de cerca de 0,79. Esses resultados traduzem no estado o que se observa também nacionalmente, embora o Gini catarinense esteja sempre abaixo do brasileiro, atestando o maior equilíbrio verificado no estado, já anteriormente referido.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BR - Agro	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,58	0,57	0,56	0,57	0,57
BR - Indústria	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91
BR - Serviços	0,88	0,88	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87
SC - Agro	0,39	0,39	0,39	0,41	0,40	0,39	0,39	0,41	0,40	0,41
SC - Indústria	0,83	0,82	0,82	0,82	0,81	0,81	0,81	0,80	0,80	0,80
SC - Serviços	0,78	0,78	0,78	0,78	0,78	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79

Quadro 2: Índice de Gini por setores – Brasil e Santa Catarina, de 1999 a 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Tanto em relação ao setor de serviços, com em relação ao industrial, tal concentração já era esperada, uma vez que, dentre os setores de atividades, os serviços e a indústria são mais concentrados espacialmente, sendo normalmente polarizados por algumas regiões.

O setor industrial apresentou uma clara tendência a estar melhor distribuído, como pode ser notado através do Gini por setor de atividade econômica, que varia de 0,83 (1999) para 0,80 (2008).

Por fim, os mesmo dados mostram que, enquanto o setor industrial passa por um processo de desconcentração, atestado pela redução no valor do índice de Gini para os dados do valor adicionado pela indústria catarinense, nos setores agropecuário e de serviços o movimento é de concentração.

4.2.3 – As desigualdades entre as mesorregiões

Em relação aos dados por mesorregião, apresentados na figura 7, nota-se que o PIB catarinense tem se concentrado cada vez mais nas regiões Vale do Itajaí, Norte e Grande Florianópolis. O peso dessas mesorregiões no total de riquezas produzidas pelo estado cresceu 4 p.p. no período entre 2000 e 2008, somando neste último ano aproximadamente 65% do PIB estadual.

O Vale Itajaí é a região que responde pela maior fatia do PIB catarinense, atingindo 26,97% de participação em 2008. Conta com importantes indústrias, concentrando o pólo têxtil do estado – onde estão instaladas empresas como Hering, Teka e Buettner, além de possuir empresas importantes nos segmentos metal-mecânico e de alimentos, como a Bunge. O setor de serviços da região também ocupa posição destacada no cenário estadual, em particular na cidade de Itajaí, que se consolida como um dos mais importantes municípios do estado nesse segmento. Anote-se que nesta cidade está o principal porto de estado, que é também um dos maiores do Brasil em movimentação de contêineres. O forte aumento nas exportações catarinenses nos últimos anos tem garantido estímulo às atividades portuárias, o que provoca efeitos positivos na economia local. Recentemente a cidade de Itajaí tem se tornado também sede de grandes empresas, como a Seara alimentos – que tem um porto particular no município - e a Brasil Foods - gigante que agrega Sadia e Perdigão-, entre outras.

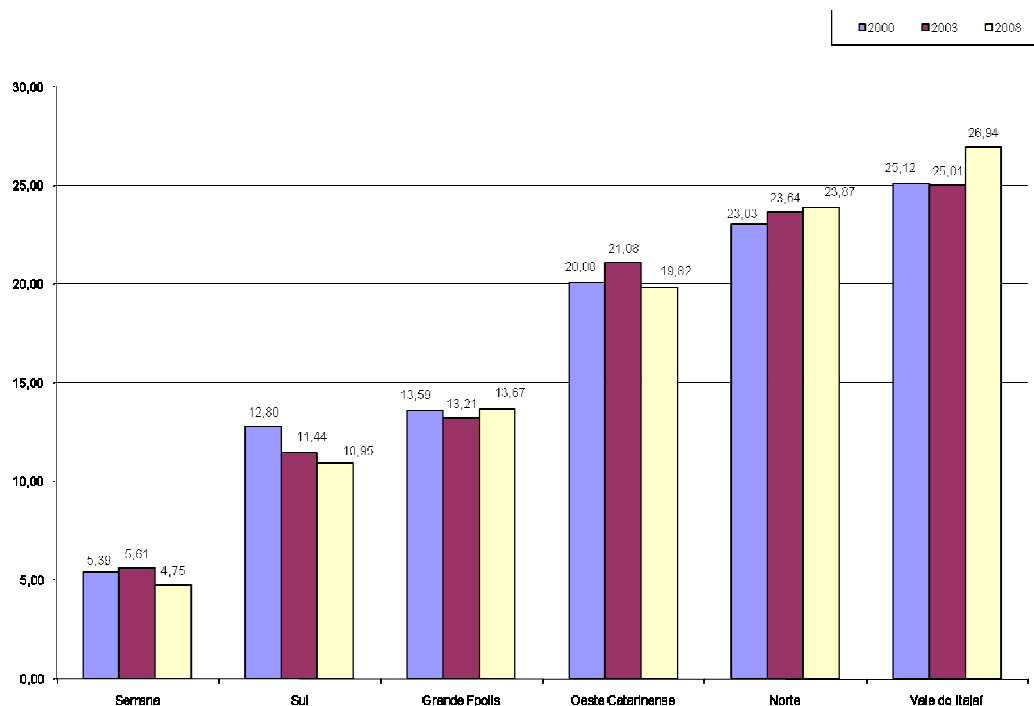


Figura 7: Participação das Mesorregiões Catarinenses no PIB Estadual, 2000, 2003 e 2008.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

No Norte, fortemente industrializado, encontra-se o pólo eletro-metal-mecânico, situado principalmente nos municípios de Joinville e Jaraguá do Sul, com empresas de importância nacional, como Tupy, Embraco, Weg, entre outras; e o pólo moveleiro, em São Bento do Sul e Rio Negrinho. Além disso, a região possui importância nos segmentos de plásticos, com empresas como Tigre e Amanco em Joinville; no têxtil-vestuarista, com Marisol, Malwee e AMC em Jaraguá do Sul. Ao longo da década inicial do século XXI a região ganhou ainda mais espaço no PIB estadual, com 23,8% de participação em 2008, frente a 23,0% em 2000.

Das que aumentaram sua participação, a Grande Florianópolis é a que detém a menor participação no PIB: 13,7% em 2008. Posicionada no Leste catarinense, em Florianópolis está a sede do Governo do estado, além de vários órgãos públicos federais e estaduais. A região tem grande importância como centro de prestação de serviços. Destaca-se também a Indústria da Construção, subatividade na qual Florianópolis é o principal município do estado. A grande valorização imobiliária no município afeta todo o Aglomerado Urbano de Florianópolis(é o caso de São José, por exemplo), com destaque para o grande número de empreendimentos de alto padrão. O setor industrial, embora conte com uma importante indústria de informática, tem um peso menor na economia da região.

Por outro lado, as mesorregiões Sul, Serrana e Oeste apresentaram perda da participação no PIB catarinense, passando a contar em 2008, somadas, com 35% do valor

total, enquanto em 2000 contavam com um pouco mais de 38%. O leve movimento de desconcentração observado entre 2000 e 2003, quando cresceu a participação das regiões oeste e serrana, pode estar associado ao desempenho bastante favorável das atividades agropecuárias em 2003. No entanto, no restante do período, houve uma ampla perda de participação dessas regiões, com o que perderam importância no valor agregado estadual.

Chama muito a atenção a constante perda de importância do Sul no PIB de Santa Catarina. O percentual de participação da mesorregião no agregado estadual, que foi de 12,8% em 2000, recuou para 11,4% (2003) e 10,9% (2008). Após o declínio da indústria carbonífera, tradicional base da economia regional, no final dos anos oitenta, a indústria local recuperou-se ao longo dos anos noventa até o início da presente década. Nessa recuperação, mereceram destaque os segmentos de plásticos e cerâmico, com empresas como Eliane e Cecrisa. Além dessas, a têxtil-vestuarista, com empresas como a Damyller, a Ritmi e um grupo de outras de menor porte, também tem certa importância na região. Assim, a participação do Sul no Valor Adicionado industrial catarinense atingiu cerca de 15,0% no ano 2000. Contudo, na última década a mesma participação tem sido cada vez menor, chegando a 12,0% em 2008, o que ajuda a explicar a perda de posição da região no cenário estadual.

O Planalto Serrano é a mesorregião com a menor participação no PIB estadual. Após um leve aumento de participação entre 2000 e 2003, a mesorregião perdeu espaço e respondeu, em 2008, por apenas 4,7% do PIB de Santa Catarina. Segundo MATTEI e LINS (2010) a baixa expressão regional se deve ao predomínio, na região, de grandes propriedades agropecuárias com baixa produtividade, bem como aos baixos índices de industrialização. Entre as indústrias serranas, destacam-se as madeireiras e as de papel e celulose, segmento no qual atuam empresas como a Igaras e a Klabin. A silvicultura, estimulada pela atividade madeireira e a pecuária são atividades também importantes na região. Vale ressaltar que a atividade industrial mais importante do planalto serrano, papel e celulose, tem como característica o baixo grau de encadeamento, sendo seu impacto na economia da região muito pequeno (GOULARTI FILHO, 2002b).

Por fim, vale assinalar que o Oeste do estado detém ainda uma participação expressiva no PIB estadual. Nesta mesorregião se concentra grande parte da produção agropecuária catarinense, além de também estarem ali presentes as grandes agroindústrias, como Sadia e Perdigão. No entanto, embora ainda considerável, a participação da região assumiu uma trajetória de baixa após 2003. Com isso, em 2008 a mesorregião contribuiu com 19,8% do PIB do estado, enquanto em 2003 esse percentual chegava a 21,0%.

4.3. Dados das SDRs

Conforme comentado anteriormente, para se obter um conjunto conciso de SDRs foi necessária a adoção de um critério de estabilidade de composição. Essa é a amostra que será discutida nessa seção.

Em termos de participação percentual no PIB Estadual, a amostra de SDRs apresentou tendência generalizada de queda (tabela 2). É facilmente visto que um grande montante de SDRs que já possuíam inexpressiva participação no PIB Estadual tiveram suas proporções ainda mais reduzidas após a implementação da política de descentralização. São os casos das SDRs de São Joaquim, com variação na participação de -0,10 p.p, Campos Novos de -0,15 p. p e Maravilha com -0,04 p.p.

Já as SDRs com participação mais expressivas tiveram suas participações ampliadas após a implementação da referida política, como pode ser visto nas SDRs de Jaraguá do Sul, com aumento de 0,26 p.p, Florianópolis com 0,47 p.p e Joinville com 0,94 p.p.

Tabela 2: Participação percentual das SDRs no PIB de Santa Catarina, de 1999 a 2008.

SDR	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ p.p. (99-08)	Δ p.p. (03-08)
São Joaquim	0,53%	0,51%	0,58%	0,55%	0,58%	0,48%	0,48%	0,52%	0,47%	0,48%	-0,05	-0,10
Campos Novos	0,83%	0,82%	0,83%	0,84%	0,89%	0,74%	0,69%	0,67%	0,73%	0,74%	-0,09	-0,15
Maravilha	0,89%	0,91%	0,88%	0,95%	1,00%	1,00%	0,89%	0,87%	0,89%	0,96%	0,07	-0,04
Araranguá	1,85%	1,72%	1,77%	1,89%	2,08%	1,96%	1,84%	1,73%	1,68%	1,75%	-0,10	-0,33
Videira	2,41%	2,41%	2,15%	2,14%	2,13%	2,11%	2,07%	2,07%	2,04%	2,00%	-0,41	-0,13
Xanxerê	2,14%	2,13%	2,25%	2,24%	2,22%	2,25%	2,07%	1,89%	2,06%	2,15%	0,01	-0,07
Mafra	3,47%	3,53%	3,50%	3,67%	3,62%	3,78%	3,37%	3,17%	3,06%	2,99%	-0,48	-0,63
Brusque	3,24%	4,00%	3,10%	3,03%	2,92%	3,05%	3,10%	3,26%	3,18%	3,08%	-0,16	0,16
Chapecó	5,06%	3,92%	4,03%	4,08%	4,13%	4,07%	3,88%	3,81%	3,95%	4,12%	-0,94	-0,01
Jaraguá do Sul	5,08%	5,07%	5,17%	4,92%	5,04%	5,33%	5,29%	4,50%	5,40%	5,30%	0,22	0,26
Florianópolis	12,60%	12,49%	12,35%	12,52%	12,12%	11,95%	12,45%	12,97%	12,51%	12,59%	-0,01	0,47
Joinville	12,83%	12,82%	12,92%	13,36%	13,23%	12,90%	14,24%	15,47%	14,67%	14,17%	1,34	0,94
Demais SDRS	49,06%	49,66%	50,46%	49,83%	50,03%	50,38%	49,62%	49,07%	49,37%	49,67%	0,61	-0,36

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Vê-se melhora no PIB per capita de todas as SDRs da amostra durante todo o período de análise (figura 8). Em 2008 nenhuma delas apresenta produto per capita inferior a R\$ 11.000 ao ano. Essa tendência de aumento no indicador foi impulsionada pela elevada taxa de crescimento do PIB do país, que no período apresentou um crescimento médio de 8,3% ao ano.

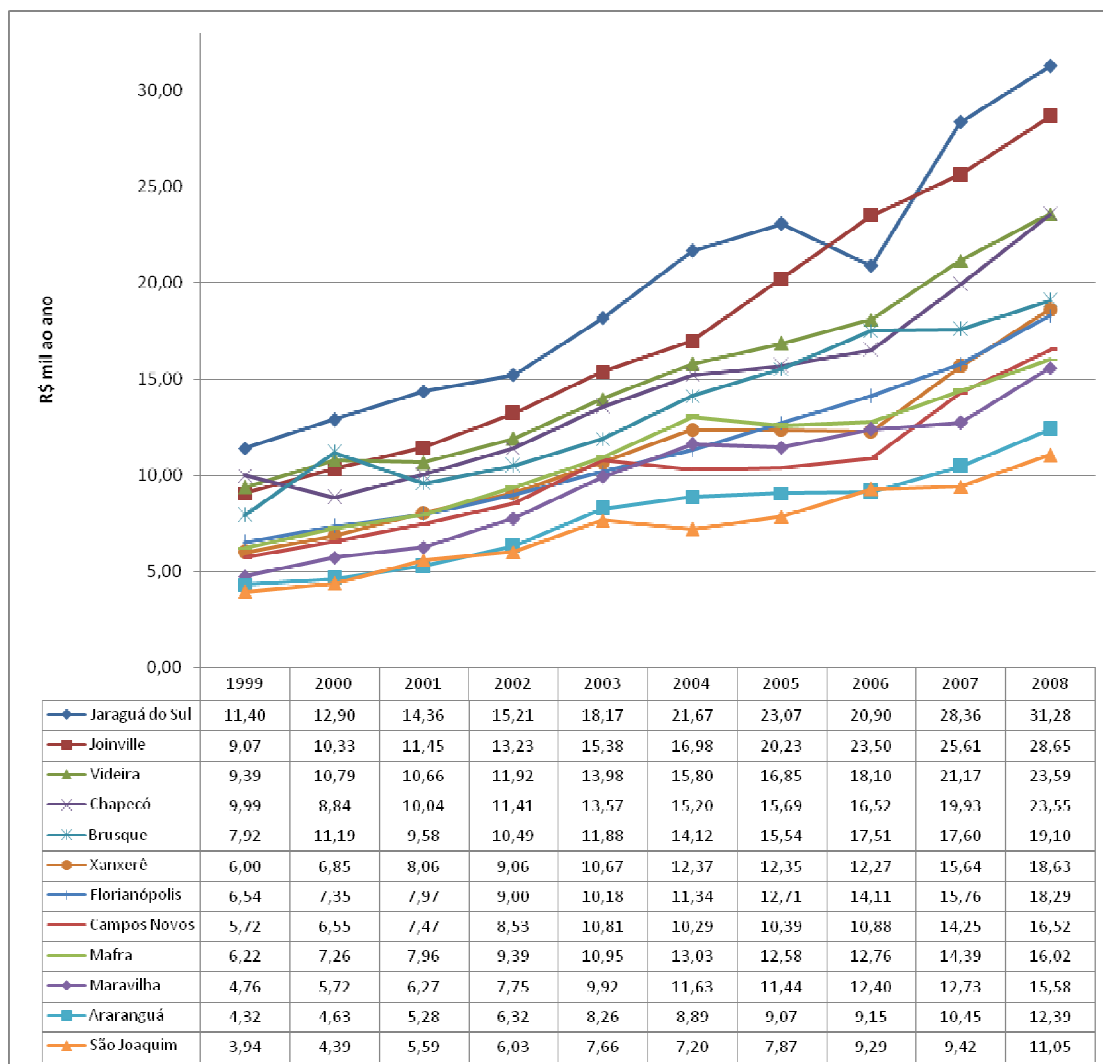


Figura 8: PIB Per Capita da amostra de SDRs de 1999 a 2008 – R\$ mil / ano.

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Utilizando-se de dados de crescimento do PIB per capita anualizados (tabela 3), não é possível ver uma grande diferença de comportamento entre as SDRs. Nota-se, como já confirmado anteriormente, melhora generalizada no indicador em todas as secretarias, inclusive em diversas SDRs localizadas em regiões menos dinâmicas economicamente, como as de São Joaquim (crescimento de 14,08% a.a.) e Mafra (crescimento de 12,51% a.a.).

No entanto, nota-se que as taxas de crescimento para o período após 2003 são menores que aquelas que compreendem todos os anos da série, à exceção de 3 SDRs - a saber: Joinville,

Chapecó e Campos Novos. Ou seja, após a implementação da política de descentralização, o PIB per capita da grande maioria das SDRs da amostra cresceu a taxas menores. Além disso, as três SDRs com maior crescimento anual no PIB per capita entre 2003 a 2008 - Brusque (13,25%), Joinville (12,43%) e Jaraguá do Sul (11,80%) - fazem parte, respectivamente, das mesorregiões do Vale do Itajai e do Norte. Essas regiões, conforme já assinalado anteriormente, tendem a concentrar as melhores condições de crescimento econômico do estado.

Tabela 3: Variação percentual média ao ano no PIB Per Capita das SDRs, de 1999 a 2008 e 2003 a 2008.

SDR	$\Delta\%$ a.a. (99-08)	$\Delta\%$ a.a. (03-08)
Brusque	13,63%	13,25%
Joinville	12,12%	12,43%
Jaraguá do Sul	13,43%	11,80%
Chapecó	9,99%	11,65%
Araranguá	11,87%	11,48%
Campos Novos	10,77%	11,03%
Florianópolis	10,28%	9,96%
São Joaquim	14,08%	9,44%
Mafra	12,51%	8,85%
Videira	12,41%	8,44%
Maravilha	11,09%	7,91%
Xanxerê	12,13%	7,60%

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

A evolução do índice de Gini (figura 9) denota claramente que tanto Santa Catarina como as SDRs da amostra se encontram sistematicamente abaixo do índice nacional. Enquanto o Gini médio do Brasil foi de 0,86, o de Santa Catarina foi de 0,75 e o das SDRs de 0,62.

São três as SDRs da amostra que se encontram acima da média estadual, ou seja, apresentam uma distribuição pior do PIB entre os municípios que as compõem: Chapecó, Joinville e Florianópolis. Essa heterogeneidade se explica pela concentração do PIB regional no maior município de cada uma dessas regiões⁶. Por outro lado, as SDRs mais homogêneas entre as selecionadas foram, nessa ordem, São Joaquim (0,44), Mafra (0,46) e Araranguá (0,49). As diferenças entre os valores do PIB dos municípios que compõem essas SDRs se posicionam, por certo, entre as menores do estado.

⁶ Florianópolis representou 52%; Chapecó, 84% e Joinville 45% do PIB total de suas respectivas SDRs.

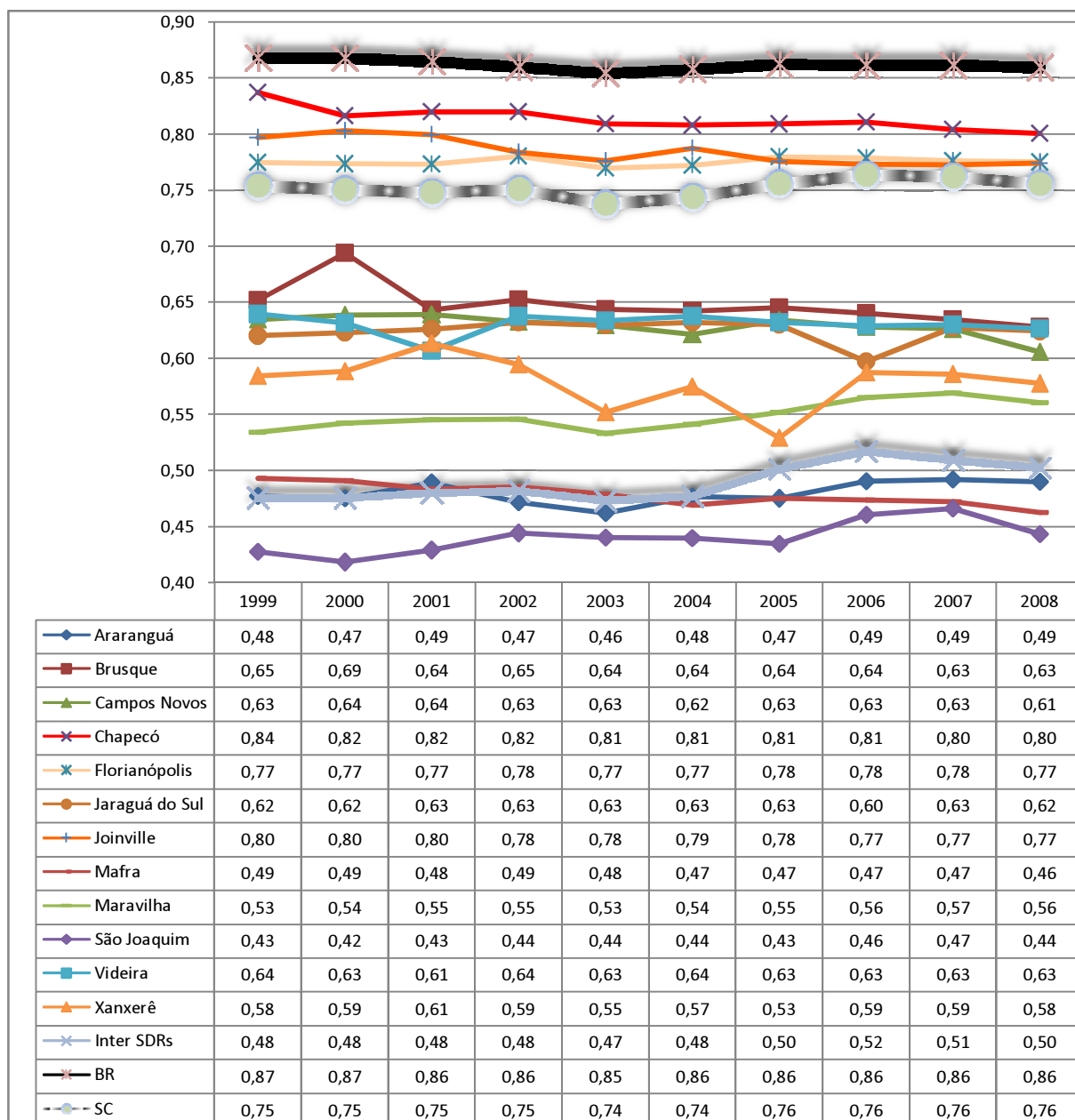


Figura 9: Evolução do Índice de Gini para as SDRs, Santa Catarina e Brasil, de 1999 a 2008.
Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

A seguir, trata-se da variação do índice de Gini no período pós-2003, quando vigorou no estado a política de descentralização do governo estadual (tabela 4).

Das três secretarias com pior distribuição do PIB entre seus municípios, duas apresentaram desconcentração no período pós-implementação, com reduções de 1,07% , 0,24% no Gini de Chapecó e Joinville. Florianópolis, porém, teve piora de 0,70%. As SDRs com maior melhora no indicador de 2003 a 2008 foram as de Campos Novos (-3,78%), Mafra (3,41%) e Brusque (2,45%). Já Araranguá, Maravilha e Xanxerê tiveram seu Gini aumentado em 5,98%, 5,09% e 4,68%, respectivamente.

Por fim, uma medida extremamente importante é o índice de Gini calculado entre as SDRs da amostra, que evidencia a diferença entre a participação das SDRs no PIB estadual. Entre 2003 e 2008, tal indicador foi majorado em 6,14%, indicando uma piora na distribuição do PIB entre as SDRs do painel selecionado. Isso mostra que, no período, a diferença entre o valor do PIB dessas SDRs aumentou, com as mais representativas concentrando uma parcela maior do valor adicionado em detrimento das menos representativas, que perderam participação.

Tabela 4: Variação percentual acumulada do Índice de GINI de 1999 a 2008 e 2003 a 2008.

SDR	$\Delta\%$ (99-08)	$\Delta\%$ (03-08)
Campos Novos	-4,54%	-3,78%
Mafra	-6,16%	-3,41%
Brusque	-3,67%	-2,45%
Videira	-2,01%	-1,11%
Chapecó	-4,34%	-1,07%
Jaraguá do Sul	0,65%	-0,82%
Joinville	-2,84%	-0,24%
BR	-1,01%	0,61%
São Joaquim	3,71%	0,63%
Florianópolis	0,01%	0,70%
SC	0,21%	2,43%
Xanxerê	-1,16%	4,68%
Maravilha	4,85%	5,09%
Araranguá	2,60%	5,98%
Inter SDRs	5,63%	6,14%

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

5 - Considerações finais

O governo do estado, a partir de 2003, consolidou esforços na execução de uma política de descentralização, através da criação das secretarias de desenvolvimento regional. O objetivo esperado, logicamente, era o de gerar uma melhora na partilha das oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômicos no estado.

Contudo, o que se observou entre 2003 e 2008 foi um agravamento da desigualdade no PIB entre os municípios catarinenses. As mesorregiões Oeste, Sul e Serrana perderam espaço no PIB estadual, que ficou ainda mais concentrado nas mesorregiões Norte, Vale do Itajai e Grande Florianópolis, que já se posicionavam como as mais dinâmicas do estado ao longo dos anos 1990.

Em relação ao setores de atividade econômica, viu-se que o setor secundário aumentou sua participação no PIB, em detrimento dos setores primário e terciário. O setor industrial apresentou ainda, no período entre 1999 e 2008, uma clara tendência a desconcentração, estando mais bem distribuído entre os municípios catarinenses. Já nos setores agropecuário e de serviços, o movimento é de concentração.

Com relação a amostra de SDRs, notou-se que as secretarias mais expressivas no PIB estadual tiveram suas participações ainda mais ampliadas, em detrimento das menos expressivas. Situação semelhante foi vista na evolução do PIB per capita: apesar de crescimento generalizado no indicador, vinculado ao forte crescimento em todo o país, houve concentração das melhorias nas SDRs das regiões Norte e Vale do Itajaí. Além disso, o PIB per capita passou a crescer a taxas mais modestas no período que se seguiu a implantação das SDRs.

O índice de Gini do estado, como um todo, aumentou em 0,21%, passando de 0,753 em 1999 para 0,755 em 2008. As SDRs de Chapecó, Joinville e Florianópolis tiveram os maiores índices de concentração do painel estudado. O Gini calculado entre as SDRs da amostra, para o período de 2003 e 2008, foi majorado em 6,14; ou seja, no período, a diferença entre o valor do PIB dessas SDRs aumentou, com algumas concentrando uma parcela maior do valor adicionado em detrimento de outras, que perderam participação.

Os resultados indicam que, aparentemente, a capacidade do governo do estado de atuar nas desigualdades regionais através de sua política de descentralização é bastante limitada. Sugere-se, para futuros trabalhos uma análise das ações das SDRs, tanto em termos de eficiência dos investimentos efetivamente realizados como das contas de custeio.

Referências Bibliográficas

BIRKNER, Walter M. K.. **Capital social e reformas políticas em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado**. Tese (Doutorado).

Campinas, Unicamp, 2004.

BUTZKE, L.; THEIS, Ivo M.; GOULARTI, Juliano G. **Qual “desenvolvimento territorial sustentável” para Santa Catarina? As Secretarias de Desenvolvimento Regional em questão**. III Encontro de Economia Catarinense. Blumenau, 2009.

DALTON, Hugh. **The measurement of the Inequality of Incomes**. The Economic Journal, V. 30. N. 119. Pp. 348-361. 1920.

DAVIDSON, Russell. **Reliable Inference for the Gini Index**. Journal of Econometrics, V. 150. N. 1. Pp. 30-40. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 23, n.2. Pp. 977-1007. 2002a.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002b.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. Pioneira Editora. Ed. 4. 1980.

IBGE – Série Contas Nacionais. Produto Interno bruto dos municípios – 1999 a 2008.

IBGE – Série Contas Regionais do Brasil – 1999 a 2008.

KIM, Sukko. **Spatial Inequality and Economic Development: Theories, Facts, and Policies.** Commission for Growth and Development Working Paper nº 16. World Bank, 2008.

LINS, Hoyêdo N. **Têxteis catarinenses nos anos 90.** Atualidade Econômica, ano 12, n. 47. 2000.

MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A.; CARDOSO, Joel H.. **Iniciativas intermunicipais de desenvolvimento: análise de experiências no estado de Santa Catarina.** XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto - SP. Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

MATTEI, Lauro; ALVES; Pedro A. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos.** Texto para discussão n. 3. Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 2007.

MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século.** In: MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó: Argos, 2010.

RUDNICK, Luciane T.; MATTEDI, Marcos A.. **Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003-2009.** 2010.

SANTA CATARINA. **Plano de Governo. Fundamentos da Proposta.** Disponível em <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/planodegoverno00.htm>. Acesso em Jan de 2011.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar número 284, de 28 de fevereiro de 2005.** Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#> Acesso em Janeiro de 2011.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar número 381, de 07 de maio de 2007.** Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#> Acesso em Janeiro de 2011.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense.** 2.ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

TORESAN, Luiz e OLIVEIRA, Gilberto de . **Imigração, urbanização e concentração litorânea: a dinâmica populacional de Santa Catarina nos anos noventa.** Disponível em <http://www.icepa.com.br>. 2001.

THOMAS, Vinod; WANG, Yan; FAN, Xino. **Measuring Inequality: Gini Coefficients in Education.** Policy Research Working Papers Series n. 2525. World Bank. 2000.

ZHENG, Hui. **Rising U.S income inequality, gender and individual self-rated health, 1972-2004.** Social Science and Medicine, V. 69. N. 9. Pp 1333-1342. 2009.